

# Demonstrações Financeiras **2021**

United Bank for Africa, Moçambique  
Praça 16 de Junho, Edifício INCM  
[www.ubamozambique.com](http://www.ubamozambique.com)

## Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do United Bank for Africa Moçambique, SA em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro 2021, constantes nas páginas 17 a 95, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do United Bank for Africa Moçambique, SA, em 18 de Maio de 2022 e vão assinadas em seu nome por:



**Filipe Mandlate**  
Presidente do Conselho de  
Administração



**Olurotimi Morohunfolo**  
Administrador Delegado



# Enquadramento Macroeconómico

## ECONOMIA MUNDIAL

A economia global entra em 2022 em uma posição mais fraca do que o esperado anteriormente, condicionada pela propagação da nova variante da Covid-19 "Omicron" que reintroduz bloqueios na mobilidade de pessoas e bens, pelo aumento dos preços das commodities energéticas e as interrupções nas cadeias de fornecimento que resultaram em uma inflação mais alta e mais ampla do que o previsto, principalmente nos Estados Unidos e em muitos mercados emergentes, bem como a retracção em curso do sector imobiliário da China.

A guerra na Ucrânia desencadeou uma crise humanitária custosa que exige uma solução pacífica. Ao mesmo tempo, os danos econômicos do conflito contribuirão para uma desaceleração significativa do crescimento global em 2022 e aumentarão a inflação. Os preços dos combustíveis e dos alimentos aumentaram rapidamente, atingindo mais fortemente as populações vulneráveis em países de baixa renda.

O crescimento global deverá desacelerar de uma estimativa de 6,1% em 2021 para 3,6% em 2022. O surgimento de novas variantes da COVID-19 pode agravar a situação da pandemia e induzir novas perturbações econômicas.

Além disso, as interrupções na cadeia de abastecimentos, a volatilidade dos preços da energia e as pressões salariais localizadas, significam que a incerteza em torno da inflação e das políticas é alta. À medida que as economias avançadas elevam as taxas de juros, podem surgir riscos para a estabilidade financeira nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

O FMI frisou que a incidência da Pandemia da COVID 19 e a reacção através de uma estratégia de saúde global e eficaz foi mais notória do que antes. O acesso mundial às vacinas, testes e tratamento é essencial para reduzir o risco de variantes mais perigosas da COVID 19, isso requer maior produção de suprimentos, bem como melhores sistemas de entrega nos países e distribuição internacional mais justos.

A política monetária em muitos países deverá continuar com estratégias mais adequadas para conter as pressões inflacionárias, enquanto a política fiscal precisará de priorizar os gastos sanitários e sociais, concentrando o apoio nos mais afectados.

Neste contexto, a cooperação internacional será essencial para preservar o acesso à liquidez e agilizar as reestruturações ordenadas da dívida quando necessário. Investir no clima continua sendo imperativo para reduzir o risco de mudanças climáticas catastróficas (World Economic Outlook, Rising Caseloads, a Disrupted Recovery, and Higher Inflation, January, 2022).

## ECONOMIA DE ÁFRICA

A África Subariana estava a braços com uma crise sanitária sem precedentes há pouco mais de um ano, em meados de 2020: as infeções de Covid-19 superavam os 100.000 casos por semana e os sistemas de saúde locais estavam sob uma enorme pressão.

Contudo, as ações céleres por parte das autoridades ajudaram a prevenir as taxas de infeção registadas noutras regiões. À medida que o número de novos casos começou a diminuir, as esperanças foram depositadas numa reabertura cuidadosa que permitisse a recuperação gradual da atividade económica e do crescimento.

No que à economia se refere, a África

Subariana terá crescido 3,7% em 2021. Tal constitui uma melhoria assinalável face à excepcional contração de 2020, mas, ainda assim, representa a recuperação mais lenta do mundo.

Os indicadores de alta frequência apontam para uma melhoria progressiva na actividade ao longo do primeiro semestre de 2021, impulsionada pela subida dos preços das matérias-primas. Contudo, este dinamismo abrandou no segundo trimestre, devido, em parte, à última vaga da pandemia.

A atividade arrefeceu mais nos países que registam um aumento repentino nas taxas de infeção – assim como naqueles que enfrentam convulsões sociais – mas continuou a acelerar nos países que têm conseguido conter os novos casos.

As viagens internacionais de negócios na região ultrapassaram agora os níveis anteriores à pandemia, mas as viagens turísticas mantêm-se em níveis reduzidos.

A inflação global tem sido impulsionada, principalmente, pelo aumento dos preços dos alimentos. A taxa de inflação média dos preços dos produtos alimentares já se encontrava numa tendência crescente na África Subariana ainda antes da pandemia, passando de 2%, em termos homólogos, em 2020 para cerca de 11% em 2021.

Este crescimento reflete factores internos, entre os quais, as más condições climáticas e as perturbações na oferta relacionadas com conflitos. Também espelha as condições globais, na medida em que os preços dos alimentos à escala mundial registaram um aumento de 30% em agosto (em termos homólogos) à luz da subida dos preços do petróleo, dos choques relacionados com o clima, das restrições às exportações em alguns dos principais países exportadores e da acumulação de reservas em alguns países.

## ECONOMIA NACIONAL

A economia moçambicana mostrou-se resiliente durante o ano de 2021, tendo o PIB Real crescido 2,16%. A procura externa foi um dos principais motores para dinamizar a actividade económica num contexto de valorização dos preços dos bens de exportação que favoreceu a melhoria dos indicadores de confiança empresarial.

O cenário pandémico continuou instável, o que levou a adopção de restrições à mobilidade para conter o aumento de novos surtos. No entanto, assistiu-se ao aumento na vacinação nacional, que segundo o Our World in Data cerca de 19% da população encontrava-se imunizada no final do ano.

O ambiente de segurança em Cabo Delgado, deteriorou-se em Mar-21 resultando na interrupção do projecto de Gás Natural Liquefeito operado pela Total Energy, o que implicou a suspensão de contratos de fornecimento de bens e serviços com as empresas locais.

A inflação alcançou 6.7% em 2021, maior variação anual nos últimos 5 anos. A média anual situou-se em 5.7%, um incremento de 2.5 p.p face a 2020.

## MERCADOS FINANCEIROS

Do lado monetário, o Banco de Moçambique manteve uma postura conservadora da política monetária para sustentar os riscos inflacionários enviesados pelos impactos da pandemia.

A taxa de política monetária (MIMO) aumentou 300pb, fixando-se em 13,25% em Janeiro.

Neste sentido, as taxas de referência foram revistas em alta, nomeadamente a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) de 13,25% para 16,25% e a Facilidade Permanente de Depósito (FPD) de 7,25% para 10,25%. Adicionalmente,

o Banco Central decidiu reduzir os coeficientes de Reservas Obrigatórias em moeda nacional de 11,5% para 10,5% e em moeda estrangeira de 34,5% para 11,5%, a fim de disponibilizar mais liquidez na economia.

## Taxas de Juro do Mercado Monetário

Taxas de Juro	jun/19	set/19	dez/19	dez/20	dez/21	Tendência
BT's 91 dias	13.31%	11.90%	11.22%	7.68%	13.36%	▼
BT's 182 dias	13.28%	11.92%	11.17%	7.56%	13.38%	▼
BT's 364 dias	13.00%	12.19%	11.59%	7.34%	13.40%	▼
Taxa (MIMO)	13.25%	12.75%	12.75%	10.25%	13.25%	▼
FPD "Overnight"	10.25%	9.75%	9.75%	7.25%	10.25%	▼
FPC "Overnight"	16.25%	15.75%	15.75%	13.25%	16.25%	▼

## MERCADO CAMBIAL

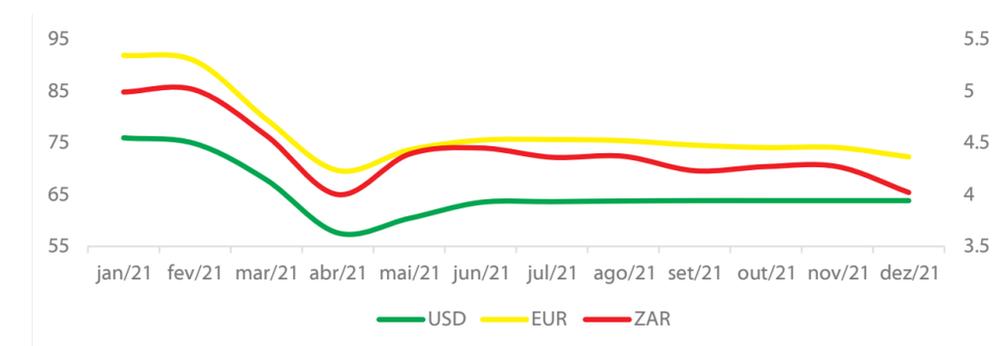
No Mercado Cambial Doméstico, assistiu-se uma relativa estabilidade em 2021 com particular destaque para segundo semestre. No final de 2021, os câmbios face ao metical situaram em USD/MZN 63,83, EUR/MZN 72,27 e ZAR/MZN 4,02, correspondente a uma apreciação acumulada de 15%, 21% e 21% respectivamente.

A apreciação do metical resultou da maior liquidez em moeda estrangeira na sequência do incremento das exportações e intervenções

do Banco Central no Mercado Cambial Interbancário.

A entrada de USD 310 milhões através de Direitos Especiais de Saque contribuiu para o fortalecimento das reservas cambiais num ambiente caracterizado por uma procura moderada de importações de bens de consumo e intermédios.

O saldo das Reservas Internacionais Brutas foi de USD 3.333 milhões até Nov-21, cobrindo mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos.



## ENQUADRAMENTO DO UBA

Governo da Sociedade: No ano de 2021, o banco teve um Administrador adicional a integrar a administração do United Bank for Africa Mozambique SA na pessoa do Sr. Filipe Mandlate.

O Sr. Mandlate é um profissional experiente e bem-sucedido com formação em direito, auditoria e consultoria de gestão.

Posteriormente à sua entrada no Conselho de Administração, foi também nomeado Presidente do Conselho em 2021 e devidamente confirmado pelo Banco de Moçambique como o primeiro presidente substantivo do Conselho em quatro anos.

Este foi um marco importante para a instituição, pois buscamos garantir o mais alto nível de governança para o negócio.

Conselho de Administração	Função
Filipe Mandlate	Presidente Interino do Conselho de Administração
Ágata Tadeu	Administradora não-executiva
Carla Ribeiro	Administradora não-executiva
Inaete Merali	Administrador não-executivo
Ricardo Sengo	Administrador não-executivo
Franklin Erebor	Administrador não-executivo
Zainadin Dalsuco	Administrador não-executivo
Rotimi Morohunfolo	Administrador Delegado
Secretária interina:	Nadia Ossemene
Escritório Registrado:	Praça 16 de Junho – 312 – 2º Andar Malanga, Maputo, Moçambique.
Auditor independente:	Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Limitada Rua Belmiro Obadias Muianga, Nº 179, Maputo, Moçambique.

**Aumento de Capital:** Também em 2021, os acionistas do UBA iniciaram o processo de injeção de capital no valor de 714 896 000 meticais (USD 11.2 Milhões de dólares americanos).

O incremento contribuirá para fortalecer ainda mais a instituição bem como impulsionar o tecido empresarial moçambicano. Por outro lado, o Banco mostra o seu compromisso numa perspectiva de longo prazo para a economia moçambicana.

## Prioridades Estratégicas do UBA.

O United Bank for Africa (UBA) continua a ser uma instituição financeira líder em toda a África. O banco consolidou sua presença em suas

operações em 20 países da África e 3 operações internacionais nos Estados Unidos, Reino Unido e França registando um crescimento de dois dígitos em todos os principais indicadores. O banco também recebeu licença para iniciar a actividade nos Emirados Árabes Unidos (EAU) com escritório em Dubai.

O foco estratégico do UBA continuar sendo um banco de importância sistêmica em todos os seus países de actuação, apoiando os vários segmentos de mercados e economias, incluindo grandes empresas, médias e pequenas empresas, particulares, empresas públicas e governo.



O nosso Banco também acredita firmemente responsável, mantendo os mais altos padrões éticos e profissionais. A liderança em tecnologia, bem como a digitalização de serviços bancários, é uma prioridade e foco do nosso banco.

Com o nível de investimento nessa área hoje, estamos confiantes de que nossos clientes serão beneficiados com as melhores ofertas da categoria que competem favoravelmente com os elevados padrões internacionais.

O UBA Moçambique está totalmente alinhado com os objectivos corporativos do Grupo e está a implementar meticulosamente a estratégia para garantir o apoio total ao mercado moçambicano e contribuir para o desenvolvimento económico como um todo.

As principais prioridades continuam a ser o apoio às empresas, a colaboração com o governo, a satisfação dos requisitos de serviços bancários dos indivíduos, bem como de todas as partes interessadas e intervenientes relevantes do mercado.

O UBA Moçambique alinha e prioriza os objectivos de inclusão financeira do Banco de Moçambique e está impulsionando isso através da expansão de agências e dos seus canais digitais.

### Foco nos negócios

O banco continua focado nos principais segmentos que movimentam a economia moçambicana, o que inclui a agricultura, indústria extractiva, energia, logística, infraestruturas,

retalho, hotelaria e turismo, transportes, Indústria e comércio em geral.

### Análise Financeira

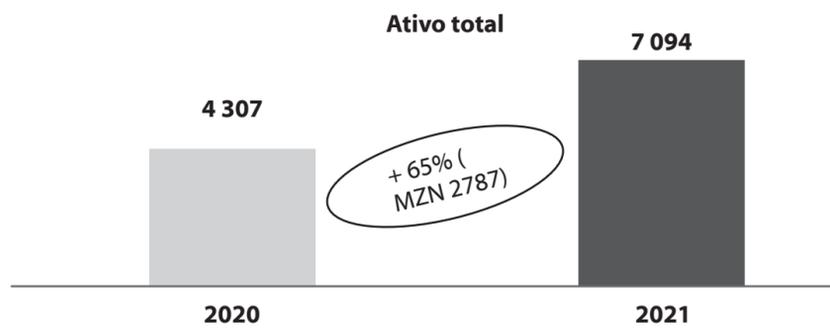
O UBA, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos anos fiscais de 2020 e 2021, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, na concessão de crédito aos clientes, na diversificação da carteira de depósitos e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio, incluindo segurança informática.

### Evolução do Activo

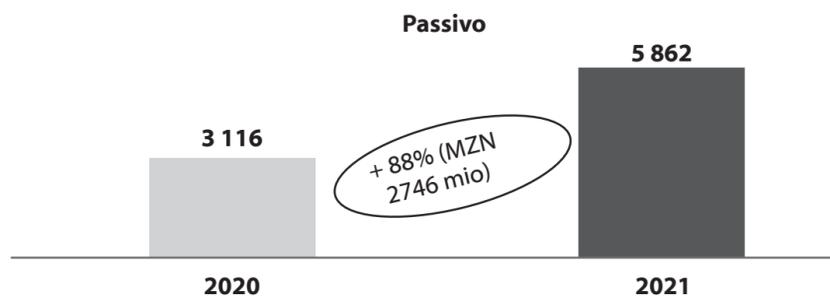
O activo total líquido situa-se nos 7 094 Milhões de Metcais no final de Dezembro de 2021, contra os 4 307 Milhões de Metcais apurados em igual período de 2020, o que representa um aumento na ordem de 65% (+2 787 Milhões de Metcais) principalmente devido a aumento de activos líquidos.

No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes continuou a crescer ao longo do ano, passando a representar 21% (2020: 7%), disponibilidades em instituições financeiras 15% (2020: 9%), activos financeiros ao custo amortizado 26% (2020: 11%), Imobilizado (tangível e intangível) 2% (2020: 2%) e outros activos com .4% (2020: 0.4%).



### Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 5 862 Milhões de Metcais, representando um aumento de 88% (2 746 Milhões de Metcais) face a 2020.



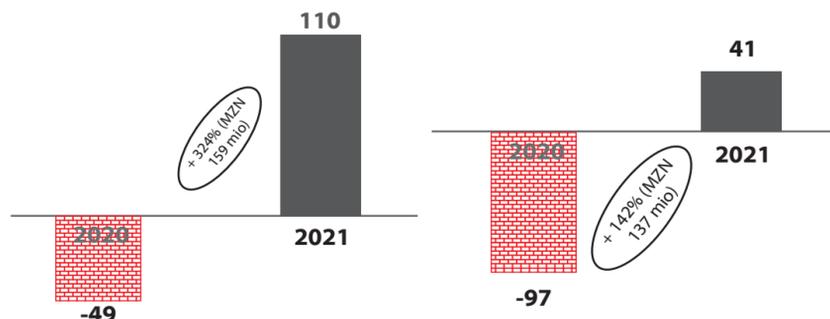
O total da carteira de depósitos atingiu 4 107 Milhões de Metcais, (2 313 Milhões de Metcais) em 2020. Actualmente volume de depósitos representam 70% do passivo. O resto é distribuído entre Recursos de Outras Instituições financeiras 14% (22% em 2020), Outros passivos 14% (0.5% em 2020), Passivos por locações e provisões apresentam em conjunto 3% (4% em 2020).

Por sua vez, a Situação Líquida teve crescimento na ordem de 3.4% atingindo 1 231 Milhões de Metcais (1 191 Milhões em 2020) devido ao

efeito de resultados positivos de 41 Milhões de Metcais.

### Resultados e Rentabilidade

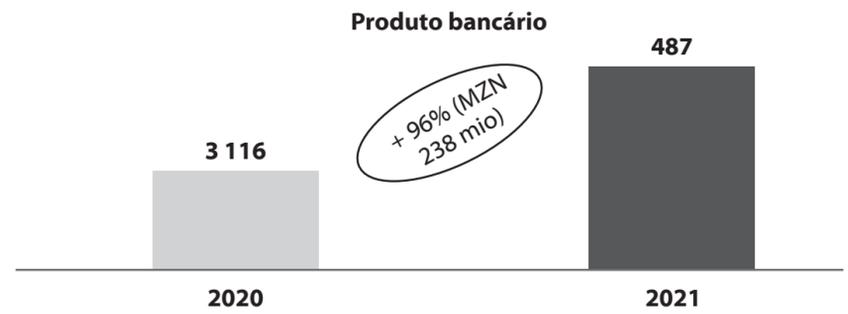
Em 2021 o UBA atingiu resultados positivos antes de impostos de 109.9 Milhões de Metcais (contra o resultado negativo de 48.9 Milhões de Metcais em 2020), já o resultado líquido situou-se em 41 Milhões de Metcais (contra o resultado negativo de 97 Milhões de Metcais em 2020) O resultado positivo demonstra a solidez na performance do Banco, reflectindo a performance operacional.



### Produto Bancário

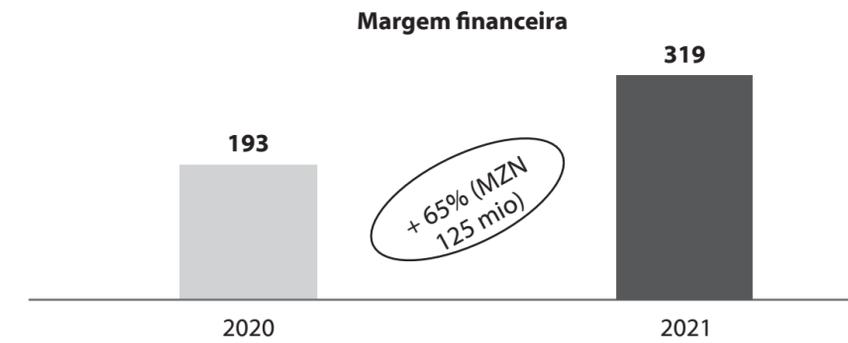
O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se

em 487 Milhões de Metcais, um crescimento de 96% face ao ano anterior (249 milhões de metcais), o que demonstra a correcta estratégia de gestão e confiança depositada pelo mercado no UBA.



A Margem Financeira situou-se em 319 Milhões de Metcais, o que representa um crescimento de 65% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 193 Milhões de Metcais.

Este incremento da Margem Financeira resulta do crescimento da carteira de crédito em 407% bem como pelo aumento das taxas de juros no mercado.



Neste ambiente, os Resultados de Operações Financeiras (FX) situaram-se em 116 Milhões de Metcais, o que representa um aumento de 276% face ao ano anterior (31 Milhões de Metcais). Esta rubrica tem um peso de cerca de 24% na estrutura das receitas do Banco.

estrutura de gastos. Assim sendo em 2021, os Gastos Operacionais tiveram o seguinte detalhe:

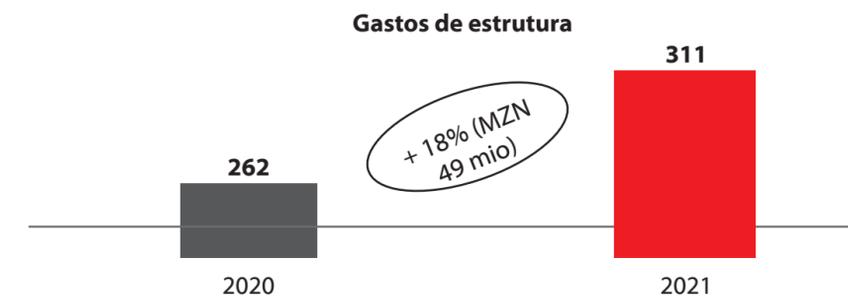
### Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 311 Milhões de Metcais, estando 49 Milhões de Metcais face ao ano anterior. A distribuição entre as três rubricas, destaca-se os Custos com Pessoal (55%), sendo ainda a maior na actual

•Os Gastos com Pessoal (GP) fixaram-se em 172 Milhões de Metcais, apresentando um aumento de 12% face a 2020.

•Os Outros Gastos Operacionais (FSE) situaram-se em 100 Milhões de Metcais, o que se reflecte um aumento de 40% face ao ano anterior;

•As Amortizações e Depreciações situaram-se em 38 Milhões de Metcais, resultando num aumento na ordem de 2 Milhões de Metcais face ao ano anterior.

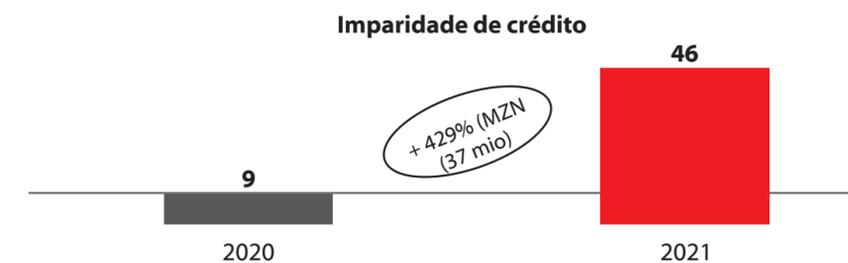


### Imparidades

As imparidades líquidas do ano fixaram-se em 46 Milhões de Metcais, resultando num aumento significativo face ao ano passado, onde as mesmas atingiram apenas 37 Milhões de Metcais.

O crescimento resulta por um lado, pelo crescimento da carteira de crédito e por outro, devido ao modelo de cálculo de imparidade adoptado que se baseia na IFRS9. Deve ser notado que o Banco não fez uso relaxamento de regras de provisionamento do crédito mal parado devido a pandemia de COVID-19, autorizados pelo regulador, pautando pela prudência e abordagem conservadora.

O total de imparidades acumuladas acende 55 Milhões de Metcais, o que representa um aumento de 459% comparativamente a 2020.



### Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras, que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e

o desempenho do banco. Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura;

1. Manter os registos contabilísticos adequados;



2. As políticas contabilistas adequadas são aplicadas;

3. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;

4. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio; e

5. São instituídos procedimentos de controlo interno que, na medida do possível, salvaguardam os activos do Banco, previnem e detectam fraudes e outras irregularidades.

### Recursos humanos

**(i) Admissão de pessoas com deficiência**  
O Banco continua a manter uma política de dar a justa consideração aos pedidos de emprego feitos por pessoas com deficiência tendo em conta as suas capacidades e aptidões.

As políticas do Banco proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência no recrutamento, formação e carreira dos funcionários. No caso dos membros da equipa se tornarem deficientes, serão feitos esforços para assegurar que os seus empregos no Banco se mantenham, garantindo formação adequada de modo que se encaixem no ambiente de trabalho do Banco.

**(ii) Saúde, segurança no trabalho e bem-estar dos funcionários**  
As instalações do Banco estão desenhadas com vista a garantir a segurança e as condições de vida saudáveis de seus funcionários e clientes.

Os funcionários estão adequadamente seguros contra riscos operacionais e outros. Além disso,

o Banco oferece serviços médicos aos seus funcionários e familiares directos.

**(iii) Desenvolvimento do pessoal e formação**  
O Banco incentiva a participação dos seus colaboradores nas decisões relacionadas com assuntos que afectem o bem-estar dos seus funcionários. Para esse fim, o Banco oferece oportunidades onde os funcionários deliberam sobre questões que afectam o Banco e os interesses dos empregados, com vista a tomar medidas para as decisões nesta matéria.

De acordo com a política de desenvolvimento contínuo, o Banco elabora programas de formação anuais. Os programas incluem formação no trabalho, sessões em sala de aula e programas de formação baseados na Web que se encontram disponíveis para todos os funcionários.

### Aplicação de resultados

Em 2021, os lucros antes de impostos ascenderam a 109 850 214 meticais. Os resultados após impostos ascenderam a 40 692 879 meticais. O Conselho de Administração

propõe a afectação dos lucros nos termos seguintes:

1. Transferência para reservas legais de um montante total de 122 07 864 meticais, correspondente a 30% dos lucros após impostos;
2. Transferência para resultados transitados do remanescente no total de 28 485 015 meticais.

### Audidores

Durante o ano, a Administração nomeou a Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Limitada como auditor independente do Banco.

**Filipe Mandlate**  
Conselho de Administração

### Activos Tangíveis

As informações relativas aos imóveis, instalações e equipamento estão divulgadas na Nota 16 das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração acredita que, o valor realizável líquido dos bens, instalações e equipamentos não é menor do que o valor apresentado nas demonstrações financeiras.

## Relatório e parecer do Conselho Fiscal



Knowing you.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único do United Bank for Africa Moçambique, SA, apreciou o relatório do Conselho de Administração, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao Exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

Ao Fiscal Único procedeu à análise da informação financeira, aos demais documentos incluindo o Relatório do Auditor Externo, Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Lda para o exercício de 2021, o relatório de atividades e obteve esclarecimentos e informação necessária junto das diferentes áreas de Direcção do Banco, tendo concluído que no intervalo dos limites de razoabilidade, tanto quanto pode observar, as Demonstrações Financeiras que acompanham espelham fielmente a situação económico-financeira a 31 de Dezembro de 2021.

### Relatório

Depois da análise e discutir dos documentos fornecidos pela Direcção do Banco, auditor externo e auditor interno com respetivas notas explicativas, relatório do auditor independente, e relatório do auditor interno, pode-se concluir o seguinte:

O Conselho Fiscal apreciou, com particular atenção, a evolução dos seguintes indicadores:

- Produto Bancário com aumento de 62,59% comparativamente ao período anterior.
- O Resultado Líquido do Exercício, ascrescer em 57,84%, relativamente ao ano anterior, passando para um lucro de 40,7 milhões de meticais (ano 2020 um prejuízo de 96,5 milhões de meticais).
- O capital próprio aumentar em 40.692.880 meticais comparado á 2020.

### Parecer

O Fiscal Único Recomenda:

Sejam aprovados o Relatório de Actividades, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao Exercício Economico de 2021.

Apesar do Lucro do Exercício e constatações do auditor externo, foi notável o esforço, espírito de resiliência dado que enfrenta, vários desafios incluindo o Covid-19 como pandemia, pelos quais o banco passou. Com efeito, o Fiscal Único dá o parecer de que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprove as contas referentes ao exercício de 2021;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Maputo, 25 de Maio 2022



**Kreston Mozambique Lda**  
(Auditor Certificado n.º 05/SAC/OCAM/2014)

Kreston Mozambique | No. 1067 cnr Rua Valentim Sili & Av Kwame Nkrumah, Maputo, Mozambique  
T +258 21 486604 | E ktm@kreston-moz.com  
www.kreston-moz.com  
A global network of independent accounting firms



## Relatório do Auditor Independente

**Aos accionistas do UNITED BANK FOR AFRICA MOÇAMBIQUE, SA**

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do United Bank for Africa Moçambique, S.A. ("Banco"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração do Resultado Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as Notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada,

em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do

IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 24 incluída nas Notas às Demonstrações Financeiras, na qual se refere que o Banco, em referência a 31 de Dezembro de 2021, não se encontra a cumprir com os requisitos mínimos de capital e que já

foram aprovadas acções com vista à resolução desta situação. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

### Outras Matérias

As demonstrações financeiras do United Bank for Africa Moçambique, S.A. relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 27 de Maio de 2021.

### Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração,



conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de

liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

• Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

• Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;

• Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;

• Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.



Building a better  
working world

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada Por:

Eduardo Jorge Creio Da Costa Caldas  
(Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, Maio de 2022



#eusouafricano  
O meu banco é africano

www.ubamozambique.com | África - Londres - Paris - Nova Iorque

Africa's Global Bank

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2021

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	2	476 222 669	292 892 462
Juros e Encargos Similares	2	(157 401 876)	(99 534 677)
<b>Margem financeira</b>	2	<b>318 820 793</b>	<b>193 357 785</b>
Rendimento de taxas e comissões	3	89 543 817	48 838 620
Gastos com taxas e comissões	3	(37 193 380)	(23 928 831)
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	3	<b>52 350 437</b>	<b>24 909 789</b>
Resultado em operações Cambiais	4	115 987 420	30 807 477
<b>Produto Bancário</b>		<b>487 158 651</b>	<b>249 075 051</b>
Gastos com imparidade	14	(46 216 633)	(8 724 430)
Imparidade de depósitos a prazo	12	-	(3 615 826)
Imparidades de outros activos	15	-	(3 147 876)
Provisões do exercício	22	(28 000 000)	(15 269 078)
<b>Rendimento operacional</b>		<b>412 942 018</b>	<b>218 317 841</b>
Gastos com pessoal	5	(172 354 924)	(154 319 757)
Outros gastos administrativos	6	(100 165 695)	(71 368 459)
Depreciação e amortizações do exercícios	16,17	(38 369 270)	(36 428 270)
Outros gastos operacionais	7	(429 198)	(7 689 727)
Outros rendimentos operacionais	8	8 227 283	2 539 268
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>109 850 214</b>	<b>(48 949 104)</b>
Imposto corrente sobre os lucros	9	(69 157 335)	(47 579 447)
Imposto diferido	9	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>40 692 879</b>	<b>(96 528 551)</b>



### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2021

	Notas	2021	2020
<b>ACTIVOS</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10	1 129 542 930	379 038 663
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	1 073 661 284	376 856 942
Aplicações em instituições de crédito	12	1 372 266 067	2 689 132 484
Investimentos em títulos	13	1 841 373 718	453 268 680
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 516 407 191	298 941 274
Outros Activos	15	29 448 960	15 266 587
Activo tangíveis	16	46 267 834	35 412 236
Activos intangíveis	18	7 794 365	8 779 476
Activos sob direito de uso	17	76 741 585	49 839 154
<b>Total de activos</b>		<b>7 093 503 936</b>	<b>4 306 535 496</b>
<b>PASSIVOS</b>			
Recursos de instituições de crédito	19	817 992 576	675 336 890
Depósitos de clientes	20	4 107 205 786	2 312 903 638
Provisões	22	43 269 078	15 269 078
Passivos de locação	22	91 936 819	57 676 224
Outros passivos	23	801 693 767	54 636 636
<b>Total</b>		<b>5 862 098 026</b>	<b>3 115 822 466</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	24	1 744 712 000	1 744 712 000
Prémios de emissão	25	571 653 523	571 653 523
Resultados transitados		(1 084 959 613)	(1 125 652 493)
<b>Total</b>		<b>1 231 405 910</b>	<b>1 190 713 030</b>
<b>Total de passivos e capital próprios</b>		<b>7 093 503 936</b>	<b>4 306 535 496</b>

### DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2021

	Capital social (Nota 24)	Premios de emissão (Nota 25)	Resultados transitados	Capital próprio
<b>Saldo em 31 de Janeiro de 2020</b>	<b>1 744 712 000</b>	<b>571 653 523</b>	<b>(1 029 123 942)</b>	<b>1 287 241 581</b>
Resultado do exercício	-	-	(96 528 551)	(96 528 551)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>1 744 712 000</b>	<b>571 653 523</b>	<b>(1 125 652 493)</b>	<b>1 190 713 030</b>
Resultado do exercício	-	-	40 692 879	40 692 879
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>1 744 712 000</b>	<b>571 653 523</b>	<b>(1 084 959 613)</b>	<b>1 231 405 910</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2021

	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício		40 692 879	(96 528 551)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	16,17	38 369 270	36 428 270
Gastos em imparidades		46 216 633	30 757 210
Provisões		28 000 000	-
Alienação de activos tangíveis		2 645 333	-
Variação nos activos operacionais	27	(1 318 758 090)	(301 478 312)
Variação nos passivos operacionais	27	2 815 378 176	1 246 845 472
Aumento das reservas obrigatórias no Banco Central	28	(114 014 636)	(116 923 562)
Margem financeira		(318 820 793)	(193 357 785)
<b>Fluxos de caixa das variações de activos e passivos operacionais</b>		<b>1 219 708 772</b>	<b>605 742 742</b>
Juros e rendimentos similares		466 929 829	292 892 462
Juros e Encargos Similares		(148 621 045)	(99 534 677)
Imposto sobre o rendimento pago		(69 157 335)	(47 579 447)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais</b>		<b>1 468 860 221</b>	<b>751 521 080</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	16	(23 755 137)	(7 501 299)
Aquisição de activos intangíveis	17	(3 846 377)	(2 608 130)
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		(3 615 826)	-
Recebimentos de investimentos em títulos	13	1 708 000 000	1 956 803 028
Aquisições de títulos	13	(3 096 105 038)	(1 087 941 129)
<b>Fluxo de caixa líquido (usado)/ gerado nas actividades de investimento</b>		<b>(1 419 322 378)</b>	<b>858 752 470</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Pagamento das locações		(36 726 112)	(30 709 960)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de financiamento</b>		<b>(36 726 112)</b>	<b>(30 709 960)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	28	3 156 647 897	1 577 084 305
Efeito cambial sobre os saldos detidos em moeda estrangeira		846 993	(622 673)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do ano</b>	<b>28</b>	<b>3 169 459 628</b>	<b>3 156 647 895</b>

### INTRODUÇÃO

United Bank for Africa Moçambique, SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na praça 16 de Junho, nº 312 Edifício do INCM, 2º andar Malanga - Maputo, Moçambique. A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

#### 1. Políticas contabilísticas

##### 1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de Maio de 2022 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

##### 1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco.

As notas explicativas às demonstrações financeiras estabelecem áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras do Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

##### Covid-19

O surto de Covid-19 foi noticiado pela primeira vez perto do final de 2019. Desde então, o vírus espalhou-se por todo o mundo. A 11 de Março 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 como sendo uma pandemia.

O Covid-19 teve um impacto significativo na economia mundial e poderá continuar a fazê-lo nos próximos anos. Muitos países com proibições de viagens e lockdowns impostas a milhões de pessoas e pessoas em muitos locais têm sido sujeitas a quarentena medidas.

As empresas estão a lidar com a perda de receitas e a perturbação das cadeias de abastecimento. Embora a maioria dos países tenha aliviado os bloqueios anteriormente impostos, o abrandamento tem sido gradual e, em alguns casos, foram reinstituídas medidas mais rigorosas para lidar com surtos renovados.

Em resultado da perturbação das empresas, milhões de trabalhadores perderam os seus empregos e muitas empresas, especialmente as que envolvem um contacto pessoal próximo, foram adversamente afectadas.

A Covid-19 também resultou numa volatilidade significativa nos mercados financeiros e de

mercadorias em todo o mundo. Vários governos prestaram assistência financeira e não financeira a sectores industriais perturbados e às empresas e outras organizações afectadas.

Continua a haver divergências significativas na velocidade a que as vacinas estão a ser utilizadas a nível mundial. Além disso, o aparecimento de novas variantes do vírus acentua os desafios e incertezas em torno da actividade económica, que continua a ser significativamente afectada pelo Covid-19.

O calendário e o grau de recuperação dependerão da rapidez com que os países forem capazes de implantar vacinas, do nível de infecções e da natureza e nível de apoio contínuo para mitigar o impacto da pandemia, particularmente em sectores económicos vulneráveis.

##### Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos.

Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio.

O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

##### Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes

A seguir, são apresentados os julgamentos críticos, além dos que envolvem estimativas (tratadas separadamente abaixo), que a Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Avaliação do modelo de negócios: A classificação e a mensuração de activos financeiros dependem dos resultados do fluxo de caixa contratuais (Pagamento de Juros e Capital) e do teste do modelo de negócios.

O Banco determina o modelo de negócios em um nível que reflecte como grupos de activos financeiros são geridos para atingir um objectivo de negócios específico.

Essa avaliação inclui julgamentos que refletem todas as evidências relevantes, incluindo o desempenho dos activos; os riscos que afectam o desempenho dos activos e como

estes são geridos e como os gestores dos activos são remunerados.

O Banco monitora activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou justo valor através do rendimento integral que são desconhecidos antes da sua maturidade para entender o motivo da sua alienação e se as razões são consistentes com o objectivo do negócio para o qual o activo foi mantido.

O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Banco para assegurar que modelo de negócios para o qual os activos financeiros remanescentes são mantidos continua a ser apropriado, caso tenha havido uma alteração no modelo de negócios, a classificação dos activos é alterada prospectivamente.

- Aumento significativo do risco de crédito: As perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas como uma provisão igual a ECL de 12 meses para activos de estágio 1, ou activos de ECL ao longo da vida esperada para activos de estágio 2 ou 3. Um activo passa para o estágio 2 quando o seu risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial.

A NIRF 9 não define o que constitui um aumento significativo no risco de crédito. Ao avaliar se o risco de crédito de um activo aumentou significativamente, o Banco leva em consideração informações prospectivas qualitativas e quantitativas razoáveis e sustentáveis.

- Estabelecimento de grupos de activos com características semelhantes de risco de crédito: Quando as ECLs são medidas colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas. O Banco monitora a adequação das características de risco de crédito em uma base contínua para avaliar se elas continuam sendo semelhantes.

Isso é necessário para assegurar que, caso as características do risco de crédito alterem, haja uma adequada segmentação dos activos. Isso pode resultar na criação de novos portfólios ou na migração de activos para um portfólio existente que reflecta melhor as características semelhantes de risco de crédito desse grupo de activos.

A ressegmentação de portfólios e movimento entre carteiras é mais comum quando há um aumento significativo no risco de crédito (ou quando esse aumento significativo reverte) e assim os activos passam de ECLs de 12 meses para PD Lifetime ou vice-versa, mas também podem ocorrer dentro de carteiras que continuam a ser medidas na mesma base de ECLs de 12 meses ou Lifetime, mas o valor da ECL muda porque o risco de crédito das carteiras é diferente.

- Modelos e premissas utilizadas: O Banco utiliza diversos modelos e premissas na mensuração do justo valor de activos financeiros, bem como na estimativa de ECL. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipo de activo, bem como na determinação das premissas utilizadas nesses modelos, incluindo as premissas relacionadas aos principais determinantes do risco de crédito.

**Principais fontes de incerteza de estimativa**  
A seguir estão as principais estimativas que

os administradores utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinar o número e respectivos ponderadores de cenários prospectivos (forward-looking) para cada tipo de produto / mercado e determinar as informações de prospectivas relevantes para cada cenário: Ao mensurar a ECL, o Banco usa informações prospectivas razoáveis e suportáveis, que são baseadas em suposições para o futuro movimento de diferentes factores económicos e como esses factores afectarão uns e outros.

- Probabilidade de incumprimento (PD): constitui um factor-chave na mensuração da ECL. A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Perda dado o incumprimento (LGD): É uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais vencidos e aqueles que o Banco esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e de crédito integral.

- Mensuração do justo valor e processo de avaliação: Ao estimar o justo valor de um activo ou passivo financeiro, o Banco utiliza dados observáveis no mercado, na medida em que estejam disponíveis. Quando os dados do Nível 1 não estão disponíveis, o Banco usa modelos de avaliação para determinar o justo valor dos seus instrumentos financeiros..

- O banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

- Todos os ativos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

**Nível 1** – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;

**Nível 2** – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável;

**Nível 3** – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os ativos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o banco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações.

Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados.

Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem

estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

### 1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados (excepto quando divulgado de outra forma):

#### a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional do Banco e a moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam.

Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2021	2020
Dólar Americano	63,83	79,40
Euro	72,27	92,02
Rand Sul Africano	4,02	5,09
Libra	86,2	102,25
Naira	0,15	0,19

#### b) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

##### i) Juros, rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados pelo valor justo, são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares" e "Juros e gastos similares" no resultado através do método da taxa de juros efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do valor justo durante o período.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da TJE inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato,

que são incrementais e diretamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transação e a todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao valor justo através de resultados, os custos de transação são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a TJE ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a TJE ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)).

Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito (POCI), a TJE reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

##### ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da TJE. As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem,



entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

### iii) Rendimentos líquidos em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem todos os ganhos e perdas de variações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros mantidos para negociação.

### c) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Activos e passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros (que não sejam activos financeiros e passivos financeiros no justo valor através de resultados (FVTPL) são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme o caso, no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos e passivos financeiros ao justo valor por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Se o preço de transacção diferir do justo valor no reconhecimento inicial, o banco contabilizará essa diferença da seguinte forma:

- Se o justo valor for evidenciado por um preço cotado em um Mercado activo para um activo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que utiliza apenas dados de mercados observáveis, a diferença é reconhecida no resultado no reconhecimento inicial (ou seja, dia 1 lucros ou prejuízos);
- Em todos os outros casos, o justo valor será ajustado para alinhá-lo ao preço da transacção (ou seja, o lucro ou a perda do dia 1 será diferido, incluindo no valor contabilístico inicial do activo ou passivo).

Após ao reconhecimento inicial, o ganho ou perda diferido será transferido para resultados de forma racional, apenas na extensão em que surgir de uma mudança em um factor (incluindo o tempo) que os participantes do Mercado levariam em consideração ao colocarem o preço de um activo ou passivo.

### i) Activos financeiros

Todos os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos em uma data de negociação em que a compra ou venda de um activo financeiro está sob um contrato cujos termos exigem a entrega do activo financeiro dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão e são inicialmente mensurados pelo justo valor, mais custos de transacção, excepto para aqueles activos financeiros classificados como FVTPL. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos financeiros classificados como FVTPL são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os activos financeiros reconhecidos que estão dentro do âmbito da NIRF 9 devem ser subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo justo valor com base no modelo de negócios da entidade para gerir os activos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos activos financeiros. Especificamente:

- instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é obter os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (SPPI), são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado;
- os instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é obter os fluxos de caixa contratuais e vender os instrumentos de dívida, e que possuem fluxos de caixa contratuais que são SPPI, são subsequentemente mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI);
- todos os outros instrumentos de dívida (por exemplo, instrumentos de dívida administrados com base no justo valor, ou mantidos para venda) e investimentos em acções são subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados (FVTPL).

No entanto, o Banco pode fazer a seguinte eleição ou designação irrevogável no reconhecimento inicial de um activo financeiro, activo a activo:

- Banco pode, de maneira irrevogável, apresentar alterações subsequentes no valor do justo valor de um investimento em acções em OCI, que não seja mantido para negociação, nem seja a contraprestação contingente reconhecida por um adquirente em uma combinação de negócios à qual o IRFS 3 se aplica; e
- Banco pode, de forma irrevogável, designar um instrumento de dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente um mismatch contabilístico (referido como opção de justo valor).

### Activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

O Banco avalia a classificação e mensuração de um activo financeiro com base nas características contratuais do fluxo de caixa do activo e no modelo de negócios do Banco para gerir o activo.

Para que um activo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI, seus termos contratuais devem originar fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros do montante em dívida (SPPI).

Para fins de teste SPPI, capital é o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. Esse valor do capital pode mudar ao longo da vida do activo financeiro (por exemplo, se houver reembolsos do capital).

Os juros consistem na consideração do valor temporal do dinheiro, do risco de crédito associado ao valor do capital em dívida durante um determinado período de tempo e de outros riscos e custos básicos de empréstimos, além de uma margem de lucro. A avaliação do SPPI

é feita na moeda em que o activo financeiro é denominado.

Os fluxos de caixa contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Os termos contratuais que introduzem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não estão relacionados a um acordo básico de empréstimo, como exposição a mudanças nos preços das acções ou dos preços das commodities, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são SPPI.

Um activo financeiro originado ou adquirido pode ser similar a um acordo de empréstimo básico (em substância), independentemente de ser um empréstimo em sua forma legal.

Uma avaliação dos modelos de negócios para gestão de activos financeiros é fundamental para a classificação de um activo financeiro. O Banco determina os modelos de negócios em um nível que reflete como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo comercial específico.

O modelo de negócios do Banco não depende das intenções da administração para um instrumento individual; portanto, a avaliação do modelo de negócios é realizada em um nível mais alto de agregação do que instrumento-por-instrumento.

O Banco possui mais de um modelo de negócios para gerir seus instrumentos financeiros, que refletem como o banco gere os seus activos financeiros, a fim de gerar fluxos de caixa.

Os modelos de negócios do Banco determinam se os fluxos de caixa resultarão de recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de activos financeiros ou de ambos.

O Banco considera todas as informações relevantes disponíveis ao fazer a avaliação do modelo de negócios. No entanto, essa avaliação não é realizada com base em cenários que o Banco razoavelmente não espera que ocorram, como os chamados cenários de 'pior caso' ou 'caso de stress'. O Banco leva em consideração todas as evidências relevantes disponíveis, como:

- como o desempenho do modelo de negócios e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são avaliados e relatados ao pessoal-chave da administração da entidade;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a maneira pela qual esses riscos são geridos; e
- como os gestores da empresa são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

No reconhecimento inicial de um activo financeiro, o Banco determina se os activos financeiros recentemente reconhecidos fazem parte de um modelo de negócios existente ou se refletem o início de um novo modelo de negócio.

O Banco reavalia seus modelos de negócios a cada período do relatório para determinar se os modelos de negócios foram alterados desde o período anterior.

Para o período actual e anterior do relatório, o Banco não identificou uma mudança em seus modelos de negócios.

Quando um instrumento de dívida mensurado no FVTOCI é desreconhecido, o ganho/perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI é reclassificado do capital próprio para o resultado.

Por outro lado, para um investimento em acções designado como mensurado no FVTOCI, o ganho/perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado, mas dentro do capital próprio.

Instrumentos financeiros que são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

### Activo Financeiro ao justo valor através do resultado (FVTPL)

Os activos financeiros do FVTPL são:

- activos com fluxos de caixa contratuais que não são SPPI; e ou
- activos mantidos em um modelo de negócios que não sejam mantidos para receber fluxos de caixa contratuais ou mantidos para obter e vender os fluxos de caixa contratuais; ou
- activos designados ao FVTPL usando a opção do justo valor.

Esses activos são mensurados pelo justo valor, com quaisquer ganhos/perdas decorrentes de reavaliação reconhecidos no resultado.

### Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria se aplicam prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relato após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco.

Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

### Ganhos e perdas cambiais

O valor contabilístico dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado nessa moeda estrangeira e convertido pela taxa spot no final de cada período do relato.

### Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados no justo valor através de resultados (FVTPL):

- empréstimos e adiantamentos a bancos;
- empréstimos e adiantamentos a clientes;
- títulos de investimentos em dívida;



- compromissos de empréstimos emitidos; e
- contratos de garantia financeira emitidos.

Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI) (que são considerados separadamente abaixo), as ECLs devem ser mensuradas por meio de uma provisão para perdas no valor igual a:

- ECL de 12 meses, que resulta desses eventos padrão no instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data do relato (referido como Estágio 1); ou
- ECL ao longo da vida esperada (Lifetime), ou seja, ECL ao longo da vida esperada resultante de todos os possíveis eventos padrão durante a vida útil do instrumento financeiro (referidos como Estágio 2 e Estágio 3).

É necessária uma provisão para perdas para toda a vida esperada (Lifetime) da ECL para um instrumento financeiro se o risco de crédito nesse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente (SICR) desde o reconhecimento inicial. Para todos os outros instrumentos financeiros, as ECLs são mensuradas em um valor igual à ECL de 12 meses.

As ECLs são uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. São mensurados como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de vários cenários económicos futuros, descontados a taxa de juro efectiva original do activo (EIR).

- para compromisso de empréstimos não utilizados, a ECL é a diferença entre o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco se o detentor do compromisso utilizar o empréstimo e os fluxos de caixa que o Banco espera receber se o empréstimo foi utilizado; e
- para contratos de garantia financeira, a ECL é a diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar o detentor do instrumento da dívida garantida menos os valores que o banco espera receber do detentor, do devedor ou de qualquer outra parte.

O Banco mensura a ECL de forma individual ou colectiva para carteiras de empréstimos que compartilham características de risco económico semelhantes. A mensuração da provisão para perdas é baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados do activo usando o EIR original do activo, independentemente de ser mensurado individualmente ou colectivamente.

### Activos financeiros com imparidade

Um activo financeiro com perdas por imparidade decorre de um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrerem. Activos financeiros com redução do valor do crédito são referidos como activos do Estágio 3. As evidências de redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;

• o credor do devedor, por razões económicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira do devedor, tendo concedido ao devedor uma concessão que o credor não consideraria;

• o desaparecimento de um mercado activo para um título devido à dificuldades financeiras; ou

• a compra de um activo financeiro com um desconto substancial que reflete as perdas de crédito incorridas.

Pode não ser possível identificar um único evento. Em vez disso, o efeito combinado de vários eventos pode ter causado a perda de crédito de activos financeiros.

O Banco avalia se os instrumentos de dívida que são activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVTOCI apresentam redução ao valor recuperável em cada data de relato.

Para avaliar se os instrumentos de dívida soberana e corporativa estão com imparidade de crédito, o Banco considera factores como rendimentos de títulos, classificações de crédito e a capacidade de mutuário de captar recursos.

Um empréstimo é considerado com imparidade quando uma concessão é concedida ao mutuário devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário, a menos que haja evidência de que, como resultado da concessão, o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não há outros indicadores de imparidade.

Para activos financeiros em que as concessões são contempladas, mas não concedidas, o activo é considerado com redução no valor recuperável quando houver evidência observável de redução no valor recuperável, incluindo o incumprimento.

A definição da incumprimento (veja abaixo) inclui a probabilidade de pagamento e de recebimento se os valores estiverem vencidos há 90 dias ou mais.

### Activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI)

Os activos financeiros da POCI são tratados de maneira diferente porque o activo é afectado por perdas por imparidade no reconhecimento inicial. Para esses activos, o Banco reconhece todas as alterações no ECL ao longo da vida esperada desde o reconhecimento inicial como uma provisão para perdas com quaisquer alterações reconhecidas no resultado. Uma mudança favorável para esses activos cria um ganho por redução da imparidade.

### Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de Perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil (Lifetime), pois a probabilidade de incumprimento (PD) afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- i. a dívida está vencida há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou

ii. é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como status de atraso e não pagamento de outra obrigação da mesma contraparte, são fundamentais nessa análise.

O banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

### Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas (ECL) com base na duração da vida útil (lifetime) ao invés da ECL de 12 meses.

A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito "baixo" na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento, com o risco de ocorrer um incumprimento.

Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento.

É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada

para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas.

Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- A PD remanescente da vida (lifetime) do instrumento na data do balanço; com
- A PD do tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs incluem informação prospectiva e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma "lista de observação". Para empréstimos de consumo, o Banco considera a expectativa de tolerância, pontuação de crédito e eventos como desemprego, falência, divórcio ou morte.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há uma paragem quando um activo fica 30 dias em mora, nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia (lifetime).

### Reestruturação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma reestruturação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma



outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura.

Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constituiria uma reestruturação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é, ou não, cumprido (por exemplo, uma mudança de aumento da taxa de juros surge quando os convenants são violados).

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos.

Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no timing dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos) e adendas às cláusulas contratuais. O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é reestruturado, o Banco avalia se essa reestruturação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma reestruturação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos reestruturados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a reestruturação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma reestruturação substancial, então:

- Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for maior que 10%, o Banco considera que a reestruturação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento.

O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito.

Isso se aplica somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela reestruturação.

O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são reestruturação e esta não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de incumprimento) remanescente ao longo da vida estimada (lifetime) com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;

- Com a PD remanescente na data de relato e com base nos termos reestruturados.

Para activos financeiros reestruturados como parte da política de tolerância do Banco, onde a reestruturação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de obter os fluxos de caixa reestruturados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais reestruturados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia (lifetime).

A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a reestruturação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma reestruturação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de reestruturação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da reestruturação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo reestruturado, onde os fluxos de caixa esperados são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma reestruturação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro é substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade.

Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar.

Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um

activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do writte off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

No desreconhecimento de um activo financeiro que não seja integral (por exemplo, quando o Banco retém a opção de recomprar parte de um activo transferido), o Banco aloca a quantia escriturada anterior do activo financeiro entre a parte que continua a reconhecer sob envolvimento contínuo, e a parte que ele não reconhece mais com base nos justos valores relativos dessas partes na data da transferência.

A diferença entre o valor contabilístico alocado para a parte que não é mais reconhecida e a soma da contraprestação recebida pela parte não é mais reconhecida e qualquer ganho/perda acumulado alocado a ela que foi reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido no resultado.

Um ganho / perda acumulado que foi reconhecido em OCI é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base nos justos valores relativos dessas partes. Isso não se aplica a investimentos em ações designados como mensurados no FVTOCI, pois o ganho / perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado.

#### **Abates**

Os empréstimos e títulos de dívida são saneados quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (na sua totalidade ou em parte dele). É o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos a saneamento.

Um saneamento constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros saneados. As recuperações resultantes das actividades de execução do Banco resultarão em ganhos por redução das imparidades.

#### **Apresentação da provisão para ECL na demonstração da posição financeira**

As provisões para perdas de crédito esperadas (ECL) são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- para activos financeiros mensurados ao custo amortizado: como dedução do valor contabilístico bruto dos activos;

- para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira, pois o valor contabilístico está ao justo valor. No entanto, a provisão para perdas

é incluída como parte do valor da reavaliação na reserva de reavaliação de investimentos;

- para compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: como provisão; e

- quando um instrumento financeiro inclui uma componente utilizada e uma componente não utilizada, tal como o limte de um descoberto bancário, e o Banco não pode identificar a ECL na componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles na componente utilizada: o Banco apresenta uma provisão para perdas combinada para ambas componentes.

O valor combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente utilizada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da componente utilizada é apresentado como uma provisão.

#### **ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital**

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitido são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivado pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivado sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro. (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

#### **Instrumentos de capital próprio**

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida diretamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros "ao justo valor através de resultados" ou "outros passivos financeiros".

#### **Passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou

• No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

• É um derivado que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

• tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou

• o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou

• faz parte de um contrato contendo um ou mais derivados embutidos, e a NIRF 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros ao valor justo por via de resultado são demonstrados ao valor justo, com quaisquer ganhos/perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada.

O ganho / perda líquido reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

No entanto, para passivos financeiros não derivados designados como justo valor através de resultados, o valor da mudança no justo valor do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo é reconhecido no outro rendimento integral, a menos que o reconhecimento dos efeitos de mudança no risco de crédito do passivo em outro rendimento integral criaria ou aumentaria uma falta de balanceamento contabilístico no resultado.

O valor restante da mudança no justo valor do passivo é reconhecido no resultado. Alterações no justo valor atribuível ao risco de crédito de um passivo financeiro que são reconhecidas no outro rendimento integral não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; em vez disso, são transferidos para lucros acumulados mediante o desreconhecimento do passivo financeiro.

Para compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira designados no FVTPL, todos os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

Ao determinar se o reconhecimento de mudanças no risco de crédito do passivo em OCI criará ou aumentará uma falta de balanceamento contabilístico no resultado, o Banco avalia se espera que os efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo sejam

compensados no resultado por uma mudança no justo valor de outro instrumento financeiro mensurado ao justo valor por via de resultado. Essa determinação é feita no reconhecimento inicial.

#### **Outros passivos financeiros**

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo justo valor, líquidos dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

O método de juro efectivo é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante.

A TJE é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial. Para detalhes sobre TJE, consulte a seção "receita líquida de juros" acima.

#### **Desreconhecimento de passivos financeiros**

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa efetiva original for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

#### **d) Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira e, somente se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existir uma intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **e) Contratos de garantia financeira**

Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emissor efectue pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda incorrida, porque um devedor especificado não efetua pagamentos quando devidos de acordo com os termos de um instrumento de dívida.

Os contratos de garantia financeira emitidos por uma entidade do Banco são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não forem designados pelo justo valor através de resultados e não decorrentes da transferência de um activo financeiro, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

• o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a NIRF 9; e

• o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os contratos de garantia financeira não designados ao justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos. O Banco não designou nenhum contrato de garantia financeira como ao justo valor através de resultados.

#### **f) Compromissos em conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado**

Os compromissos para conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não designados com justo valor através de resultados, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre :

• o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a NIRF 9; e

• o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do rendimento reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco .

Os compromissos de concessão de um empréstimo abaixo da taxa de Mercado não designada no justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

	Anos
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamentos	4 - 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em - outros ganhos operacionais ou - outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

#### **i) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento.

A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

O Banco não designou nenhum compromisso de conceder um empréstimo abaixo da taxa do Mercado designada no justo valor através de resultados.

#### **g) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos referente a reservas obrigatórias no Banco Central.

#### **h) Activos tangíveis**

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos como activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

#### **j) Imparidade de activos não financeiros**

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro.

Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o justo valor de um activo ou uma unidade geradora de caixa menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um activo individual, a menos que o activo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros activos ou grupos de activos.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações actuais



de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração.

Se nenhuma dessas alterações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de acções cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

É feita uma avaliação em cada data de relato para determinar se há alguma indicação de que as perdas por imparidades ao valor recuperável reconhecidas anteriormente não possam mais existir ou possam ter diminuído. Se essa indicação existir, o valor recuperável é estimado.

A perda por imparidade ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade ao valor recuperável foi reconhecida. Se for esse o caso, o valor contabilístico do activo é aumentado para o seu valor recuperável.

A reversão da imparidade é limitada de forma que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o activo em anos anteriores.

Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o activo esteja registado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação.

## k) Impostos sobre rendimento

### i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

### ii) Imposto diferido

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, excepto:

- Quando o activo por imposto diferido resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias dedutíveis associadas aos investimentos em

filiais e associadas, são reconhecidos activos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado.

Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

### l) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco possuir uma obrigação legal ou construtiva atual que possa ser estimada com confiabilidade e for provável que uma saída de fluxos de caixa seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, dos riscos específicos do passivo.

### m) Locações (NIRF 16)

O Banco avalia no início do contrato se um contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O Banco reconhece passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Direito de uso

O Banco reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer

depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento

### Passivos de locação

Na data de início do arrendamento, o Banco reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos

de arrendamento a receber), pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Banco e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescisão.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

### n) Novos pronunciamentos contabilísticos

O banco adotou as seguintes normas, interpretações e normas alteradas durante o exercício:

Alterações à IFRS 16 – Locações: Covid 19 - Concessões de arrendamento relacionadas após 30 junho 2021		
NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMISSÃO	EFFECTIVIDADE
Estas alterações à IFRS 16 visam permitir a um locatário aplicar em termos práticos as alterações sugeridas nas Concessões de arrendamento relacionadas à COVID-19, de forma a que para concessões para as quais qualquer redução nos pagamentos do arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (ao invés de apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021).	20 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Abril de 2021
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma do Benchmark das Taxas de Juro – Fase 2		
NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMISSÃO	EFFECTIVIDADE
Estas alterações finalizam a resposta do Conselho à reforma em vigor das taxas interbancárias oferecidas (IBOR) e outras referências de taxas de juros.	27 de Agosto de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021
Estas alterações complementam as alterações emitidas em 2019 e dão ênfase aos efeitos nas demonstrações financeiras quando uma empresa substitui a antiga referência de taxa de juros por uma taxa de referência alternativa como resultado da reforma.		
Alterações à IFRS 4 - Contratos de Seguros: Diferimento da IFRS 9		
NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMISSÃO	EFFECTIVIDADE
Esta alteração à IFRS 4 está relacionada com a norma de contratos de seguro (IFRS 4), para que as seguradoras elegíveis ainda possam aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros em conjunto com a IFRS 17.	25 de Junho de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
Esta alteração concede a algumas entidades uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 e concede a todas as entidades com contratos de seguro a opção de, após a adoção integral da IFRS 9, apresentar alterações no justo valor de ativos financeiros designados em rendimento integral, em vez de apresentados em resultados.		
o) Normas emitidas ou revistas mas ainda não efectivas		
Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos anuais iniciados após 31 de Dezembro de 2021. O Banco ainda não aplicou as seguintes alterações na preparação destas demonstrações financeiras:		
NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMISSÃO	EFFECTIVIDADE
A IFRS 17 exige que os passivos de seguro sejam mensurados pelo valor de cumprimento atual e fornece uma abordagem de mensuração e apresentação mais uniforme para todos os contratos de seguro.	18 de Maio de 2017	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
Esses requisitos são projetados para atingir o objetivo de uma contabilidade consistente e baseada em princípios para contratos de seguro. A IFRS 17 substitui a IFRS 4 Contratos de Seguro a partir de 1º de janeiro de 2023.		
Emendas		
NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMISSÃO	EFFECTIVIDADE
IAS 1 Classificação das responsabilidades como correntes ou não-correntes - Alterações que visam ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outras responsabilidades com uma data de liquidação incerta devem ser classificadas como correntes (de liquidação devida ou potencialmente devida no prazo de um ano) ou como não-correntes.	23 de Janeiro de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
As alterações incluem o esclarecimento dos requisitos de classificação para a dívida que uma empresa possa liquidar através da sua conversão em capitais próprios		

IFRS 3 Concentrações de Actividades Empresariais - Alterações que pretendem substituir uma referência a uma versão anterior do Modelo Conceptual do IASB (o Modelo de 1989) com uma referência à versão actual, publicada em Março de 2018 (o Modelo Conceptual)	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022
IAS 16 Activo tangível - Alteração que proíbe às entidades deduzirem do custo de um bem do Activo tangível quaisquer receitas provenientes da venda de bens produzidos enquanto o bem é levado à localização e condição necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida da gestão.	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022
Em vez disso, as entidades reconhecem as receitas decorrentes da venda desses bens, e os custos da produção desses bens, na conta de resultados		
IAS 37 Provisões, activos contingentes e responsabilidades contingentes - Alterações que especificam os custos que uma entidade necessita de incluir quando avalia se um contrato é penalizador ou deficitário.	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020
Os custos que necessitam de ser incluídos são os directamente relacionados com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, e incluem os custos incrementais e uma afectação dos custos directamente relacionados com actividades contratuais.		

**Melhorias anuais 2018 - 2020**

NOVOS PRONUNCIAMENTOS OU REVISÃO	EMIÇÃO	EFFECTIVIDADE
IFRS 1 - A alteração permite, a uma subsidiária que aplique o parágrafo D16(a) da IFRS 1, medir diferenças de conversões cambiais cumulativas usando os montantes notificados pela sua empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022
IFRS 9 - A alteração esclarece quais são as comissões incluídas pela entidade ao aplicar o teste de "10 por cento" do parágrafo B3.3.6 da IFRS 9 ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido.  Uma entidade só inclui as comissões pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022
IAS 41 - A alteração remove o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de impostos ao mensurarem o justo valor de um activo biológico através de uma técnica de valor corrente.	14 de Maio de 2020	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022
Divulgação de Políticas Contabilísticas (Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS 2) - As alterações exigem que uma entidade divulgue suas políticas contábeis relevantes, em vez de suas políticas contábeis significativas.  Outras alterações explicam como uma entidade pode identificar uma política contábil relevante. Exemplos de quando uma política contábil provavelmente será relevante são adicionados.  Para apoiar a alteração, o Conselho também desenvolveu orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade de quatro etapas" descrito na Declaração de Prática 2 do IFRS.	12 de Fevereiro de 2021	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
Alterações a Políticas Contabilísticas da IAS 8, Alterações a Estimativas e Erros Contabilísticos - As alterações esclarecem o modo como as empresas devem distinguir as alterações em políticas contabilísticas das alterações em estimativas contabilísticas.  Esta distinção é importante, porque as alterações em estimativas contabilísticas são aplicadas de forma prospectiva apenas a transacções futuras e a outros eventos futuros, mas as alterações em políticas contabilísticas são normalmente também aplicadas retroactivamente a transacções passadas e a outros eventos passados.	12 de Fevereiro de 2021	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
IAS 12 Impostos sobre o rendimento - Imposto Diferido relativo a Activos e Passivos decorrentes de uma Transacção Única:  As alterações visam esclarecer a forma como as empresas contabilizam o imposto diferido nas locações, quando um locatário reconhece um activo e um passivo no início da locação	7 de Maio de 2021	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023
IFRS 17 e FRS 9 - A alteração permite que entidades que apliquem pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9 ao mesmo tempo apresentem informações comparativas sobre um ativo financeiro como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro anteriormente.	9 de Dezembro de 2021	Exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023

Não se espera que as normas e alterações acima tenham impacto significativo nas Demonstrações financeiras do Banco, Contudo, a Administração continua a avaliar o impacto da adopção das mesmas.

**2. Margem financeira**

A margem financeira é apresentada como segue:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	93 362 274	17 846 280
Juros de bilhetes de tesouro	132 089 728	128 065 337
Juros do transacções no Mercado monetário interbancário e de OIC	250 770 667	146 980 845
	<b>476 222 669</b>	<b>292 892 462</b>
Juros e Encargos Similares		
Juros pagos sobre depósitos de clientes	(139 662 079)	(86 626 157)
Juros de locação financeira	(17 739 797)	(12 908 520)
	<b>(157 401 876)</b>	<b>(99 534 667)</b>

**3. Rendimento liquido de serviços e comissões**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Rendimento de taxas e comissões		
Taxa de transacções financeiras	62 420 268	32 544 702
Comissões	27 123 549	16 293 918
	<b>89 543 817</b>	<b>48 838 620</b>
Gastos com serviços e comissões		
Outros gastos com serviços e comissões	(37 193 380)	(23 928 831)
	<b>(37 193 380)</b>	<b>(23 928 831)</b>

A rubrica de outros encargos com serviços e comissões, refere-se a comissões de uso de cartões VISA e Mastercard electrónico.

**4. Rendimentos em operações cambiais**

	2021	2020
Resultado em operações Cambiais		
Ganhos em operações cambiais	535 855 688	30 909 944
Resultado em operações Cambiais		
Perdas em operações cambiais	(419 868 268)	(102 467)
	<b>115 987 420</b>	<b>30 807 477</b>

O incremento nos ganhos cambiais são resultado do aumento do envolvimento de clientes que anteriormente tinham relação comercial com um banco da praça que foi retirado do Mercado Cambial Interbancário.

**5. Gastos com o pessoal**

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue :

	2021	2020
Vencimentos e salários	168 232 981	150 878 197
Imposto sobre remunerações	4 088 063	3 441 560
Outros	33 880	-
	<b>172 354 924</b>	<b>154 319 757</b>

**6. Gastos administrativos**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2021	2020
Honorários profissionais	22 524 738	10 674 845
Comunicações	12 916 974	7 581 665
Rendas	9 473 819	7 393 078
Publicidade	8 974 676	3 483 416
Manutenção e reparação	5 889 830	3 123 869
Consumíveis	5 690 381	3 360 515
Água, Electricidade e Combustíveis	4 119 633	3 634 732
Passagens e representação	3 844 871	4 301 192
Segurança	3 785 565	3 640 077
Seguros	2 372 412	2 410 359
Outros	20 572 797	21 764 711
	<b>100 165 695</b>	<b>71 368 459</b>

Os honorários profissionais aumentaram em relação ao ano passado, devido ao incremento do número de profissionais contratados que prestam serviços ao banco.

Outros representam custos relacionados a:

- Provisão feita para custo incorrido pelo escritório regional em nome da subsidiária,

devido a utilização por parte desta de uma aplicação de transferência de dinheiro;

- Honorários de consultor, agente bancário, despesas de correio, treinamento, assinaturas.

**7. Outros gastos operacionais**

Esta rubrica apresenta-se como segue :



	2021	2020
Donativos	-	6 858 942
Juros de locação financeira	329 198	830 785
	<b>329 198</b>	<b>7 689 727</b>

## 8. Outros rendimentos operacionais

	2021	2020
Outros ganhos	<b>8 227 283</b>	<b>2 539 268</b>

Os outros ganhos dizem respeito a créditos abatidos que foram recuperados durante o ano de 2021, sendo que estes totalizaram 6.646.000 meticais. A outra componente da rubrica outros ganhos é composta por outros ganhos não relacionados com crédito.

## 9. Imposto sobre o rendimento

As componentes de imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	2021	2020
Impostos correntes	69 157 335	47 579 447
	<b>69 157 335</b>	<b>47 579 447</b>

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto retido na fonte sobre juros de títulos do tesouro e das aplicações no mercado monetário a título definitivo.

### 9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 Dezembro 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	40 692 878	(96 528 551)
Correcções fiscais		
Despesas não dedutíveis		
Perdas de diferenças cambiais não realizadas	-	299 072
Depreciações e amortizações não dedutíveis	1 739 328	1 739 328
Realizações de utilidade social	7 979 076	6 301 982
Donativos	-	6 858 942
Imposto sobre rendimento	100 000	100 000
Ajudas de custo pela utilização de viatura do trabalhador	(639 601)	603 357
Despesas de representação	1 494 441	129 585
Despesas com viaturas ligeiros de passageiros	1 698 586	1 320 737
Imposto retido na fonte sobre juros de bilhetes de tesour	69 157 335	47 579 447
Penalidades	-	830 785
Rendimentos não tributáveis		
Juros de bilhetes de tesouro	(129 865 254)	(128 065 337)
Juros de permutas de liquidez	(234 816 589)	(142 582 298)
<b>Prejuízo fiscal do período</b>	<b>(242 459 800)</b>	<b>(301 412 950)</b>

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de 1 210 514 768

Meticais (2020: 1 214 214 243 Meticais) conforme a reconciliação abaixo:

	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	1 214 214 243	1 331 266 343
Prejuízos fiscais não utilizados	(246 159 276)	(418 465 050)
Prejuízos / (lucro) do exercício	242 459 801	301 412 950
	<b>1 210 514 768</b>	<b>1 214 214 243</b>

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de

Dezembro de 2021, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano de expiração	Prejuízo fiscal	Valor utilizado	Imposto diferido
2018	2023	405 296 930	-	129.695.018
2019	2024	255 127 093	-	83.630.428
2020	2025	301 412 950	-	96.452.144
2021	2026	242 459 801	-	77.587.136
		<b>1 210 514 768</b>	<b>-</b>	<b>387.364.726</b>

Impostos diferidos no montante de 387 364 726 Meticais (2020: 388 548 558 Meticais) não foram reconhecidos pois a Administração acredita que não estão cumpridos os critérios

de reconhecimento da NIC 12.

## 10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

	2021	2020
Caixa		
Moeda externa	32 545 700	9 577 391
Moeda local	46 886 095	34 052 868
	<b>79 431 795</b>	<b>43 632 279</b>
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda externa	80 835 911	117 848 365
Moeda local	969 275 224	217 560 039
	<b>1 050 111 136</b>	<b>335 408 404</b>
	<b>1 129 542 930</b>	<b>379 040 663</b>

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir com as reservas obrigatórias.

A regra aplicada em 31 de Dezembro de 2021, especificado pelo aviso do Banco Central que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 10.5% em moeda nacional e 11.5% em moeda estrangeira de todos os depósitos de clientes e depósitos do Estado de Moçambique. As reservas obrigatórias

mínimas em 31 de Dezembro de 2021 foram de 406.010.654 Meticais (291.996.018 Meticais em 2020). Estas reservas obrigatórias não são remuneradas e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa.

## 11. Disponibilidades em instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2021	2020
Bancos nacionais		
Moeda externa	991	1 162
Moeda local	190 174	157 802
	<b>191 164</b>	<b>158 964</b>
Bancos estrangeiros		
Moeda externa	1 073 470 120	376 697 978
	<b>1 073 661 284</b>	<b>376 856 942</b>

O valor desta rubrica representa o somatório de saldos nas contas do Banco junto de outros bancos. Tratam-se de saldos de liquidez imediata.

## 12. Aplicações em instituições de crédito

	2021	2020
Mercado monetário interbancário	920 069 544	1 941 066 809
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	455 812 350	751 681 501
	<b>1 375 881 893</b>	<b>2 692 748 310</b>
Menos: Imparidades para perdas esperadas de credito	(3 615 826)	(3 615 826)
	<b>1 372 266 067</b>	<b>2 689 132 484</b>

A tabela abaixo mostra o movimento das imparidades:

	2021	2020
Saldo inicial	3 615 826	-
Reforço	-	3 615 826
<b>Saldo final</b>	<b>3 615 826</b>	<b>3 615 826</b>

As colocações no mercado monetário representam fundos de curto prazo junto do Banco Central, com juros de 13,92% (MZN 920 069 544) e vencidos em 05 de Janeiro de 2022.

prazo com (i) UBA Tanzania, no valor de USD 3000 000, com juros de 7.27% e data de vencimento em 01 de janeiro de 2022, (ii) UBA Congo no valor de 255 320 000 meticais (USD 4 000 000) com juros a taxa de 7%.

As aplicações em outras instituições de crédito estrangeiras representam depósitos de curto

## 13. Investimentos em títulos

	2021	2020
Bilhetes de tesouro - Custo amortizado	1 835 046 167	446 941 129
Ações na SIMO - Justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	6 327 551
	<b>1 841 373 718</b>	<b>453 268 680</b>

### Investimentos ao custo amortizado

Os bilhetes de tesouro são investimentos de curto prazo e mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a análise dos investimentos em títulos por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2021	2020
Menos de 3 meses	181 395 000	-
Entre 3 e 12 meses	1 653 651 167	446 941 129
	<b>1 653 651 167</b>	<b>446 941 129</b>

A tabela abaixo mostra o volume da carteira de bilhetes de tesouro bem como os seus prazos:

	Montante	Data de início	Data de vencimento
Bt04052022	221 810 660	05/05/21	04/05/22
Bt15062022	161 868 680	16/06/21	15/06/22
Bt17082022	105 582 576	18/08/21	17/08/22
Bt16022022	105 302 639	18/08/21	16/02/22
Bt16022022	126 953 649	18/08/21	16/02/22
Bt16032022	127 518 208	15/09/21	16/03/22
Bt05012022	103 852 748	06/10/21	05/01/22
Bt19012022	76 901 878	20/10/21	19/01/22
Bt02022022	103 808 930	03/11/21	02/02/22
Bt16112022	100 921 889	17/11/21	16/11/22
Bt30112022	202 520 103	01/12/21	30/11/22
Bt02032022	143 221 606	01/12/21	02/03/22
Bt14122022	149 405 072	15/12/21	14/12/22
Bt20122022	105 377 529	29/12/21	28/12/22
<b>Total</b>	<b>1 835 046 167</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O movimento dos investimentos em títulos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:



	2021	2020
Saldo inicial	446.941.129	1.315.803.028
Aumentos	3.096.105.038	1.087.941.129
Reembolsos	(1.708.000.000)	(1.956.803.028)
<b>Saldo final</b>	<b>1.835.046.167</b>	<b>446.941.129</b>

**Instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral**

A tabela abaixo mostra esses investimentos:

	2021	2020
SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique	6 327 551	6 327 551
	<b>6 327 551</b>	<b>6 327 551</b>

O saldo dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, respeita a participação do banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

**14. Empréstimos e adiantamentos a clientes**

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2021	2020
<b>Empréstimos de médio e longo prazo</b>		
Moeda local	1 035 126 949	230 054 982
<b>Descobertos</b>		
Moeda local	536 507 107	78 761 779
	<b>1 571 634 056</b>	<b>308 816 761</b>
Menos: Imparidades para perdas esperadas de crédito	(55 226 865)	(9 875 487)
	<b>1 516 407 191</b>	<b>298 941 274</b>

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se como segue:

	2021	2020
Até 3 meses	624 914 178	7 355 193
De 3 meses a 12 meses	522 960 873	86 125 144
De 1 ano a 5 anos	412 132 656	191 905 463
Mais de 5 anos	11 626 349	23 430 961
	<b>1 571 634 056</b>	<b>308 816 761</b>

As carteiras de empréstimos em 31 de Dezembro de 2021 têm vencimentos entre 3 meses a 1 ano, 1 ano a 5 anos e mais de 5 anos, e são descontadas a uma taxa média de 25%.

e 1 ano e são descontados a uma taxa média de 25%. Essa taxa média representa a taxa variável atual no final do ano.

Os descobertos têm vencimentos entre 3 meses

Análise das perdas por imparidade é apresentada como se segue:

2021	Perdas esperadas de crédito			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	5 542 176	-	4 333 311	9 875 487
Imparidades do exercício	-	7 037 909	38 635 853	45 673 762
Ajustamentos	322 384	-	-	-
Abates	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>5 864 560</b>	<b>7 037 909</b>	<b>42 969 164</b>	<b>55 549 249</b>

2020	Perdas esperadas de crédito			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	779 210	-	18 485 807	19 265 017
Imparidades do exercício	4 762 966	-	3 961 464	8 724 430
Abates	-	-	(18 113 960)	(18 113 960)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>5 542 176</b>	<b>-</b>	<b>4 333 311</b>	<b>9 875 487</b>

**15. Outros activos**

Outros activos são apresentados como segue:

	2021	2020
Despesas pré-pagas	14 729 108	2 970 443
Outras contas a receber	14 719 852	12 296 144
	<b>29 448 960</b>	<b>15 266 587</b>

Os outros activos são mensurados pelo custo amortizado e encontram-se detalhados abaixo:

	2021	2020
Compensação - ATM	835 460	(360 238)
Outras contas a receber	17 032 269	15 804 258
	<b>17 867 729</b>	<b>15 444 020</b>
Menos: Imparidades acumuladas	(3 147 876)	(3 147 876)
	<b>14 719 852</b>	<b>12 296 144</b>

As outras contas a receber dizem respeito as contas transitórias, onde se destacam as seguintes:

- Recebimentos - PTA: 2.219.257
- Investigação de fraudes: 3.147.876
- SIMO – VISA nacional e internacional: 2.590.408
- Conta suspensa diariamente 6.359.063

Compensação - ATM refere-se à retirada de quantias de cartões de outros bancos nas ATM's UBA. Estes valores foram compensados em Janeiro de 2022.

O movimento nas imparidades de outras contas a receber apresenta-se abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	3 147 876	20 000
Reforço	-	3 147 876
Reversões	-	(20 000)
<b>Saldo final</b>	<b>3 147 876</b>	<b>3 147 876</b>

**16. Activos tangíveis**

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamentos	Viaturas	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo</b>						
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>11 048 890</b>	<b>14 194 601</b>	<b>75 841 872</b>	<b>21 764 001</b>	<b>8 108</b>	<b>122 857 471</b>
Adições	-	992 331	5 686 898	-	822 070	7 501 299
Transferências	-	-	8 108	-	(8 108)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>11 048 890</b>	<b>15 186 932</b>	<b>81 536 878</b>	<b>21 764 001</b>	<b>822 070</b>	<b>130 358 771</b>
Adições	-	-	20 487 021	1 456 818	1 811 298	23 755 137
Abates	-	-	(865 000)	(7 297 749)	-	(8 162 749)
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>11 048 890</b>	<b>15 186 932</b>	<b>101 158 899</b>	<b>15 923 070</b>	<b>2 633 368</b>	<b>145 951 159</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>13 890 589</b>	<b>54 772 472</b>	<b>15 174 359</b>	<b>-</b>	<b>83 837 420</b>
Depreciações do exercício	110 489	264 995	8 342 862	2 390 767	-	11 109 114
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>110 489</b>	<b>14 155 584</b>	<b>63 115 335</b>	<b>17 565 127</b>	<b>-</b>	<b>94 946 534</b>
Depreciações do exercício	220 978	437 547	8 393 431	1 202 766	-	10 254 722
Abates	-	-	(865 000)	(4 652 931)	-	(5 517 931)
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>331 467</b>	<b>14 593 131</b>	<b>70 643 765</b>	<b>14 114 962</b>	<b>-</b>	<b>99 683 325</b>
<b>Quantia escriturada</b>						
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>11 048 890</b>	<b>304 012</b>	<b>21 069 399</b>	<b>6 589 641</b>	<b>8 108</b>	<b>39 020 051</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>10 938 401</b>	<b>1 031 348</b>	<b>18 421 543</b>	<b>4 198 874</b>	<b>822 070</b>	<b>35 412 236</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>10 717 423</b>	<b>593 801</b>	<b>30 515 133</b>	<b>1 808 108</b>	<b>2 633 368</b>	<b>46 267 834</b>

Nenhum dos activos do Banco se encontra sujeito a penhora e hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

**17. Activos sob direito de uso**

2021	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
<b>Edifícios</b>					
Direito de uso	88 556 026	16 403 625	32.593.867	-	137 553 518
Depreciações	(38 717 871)	(3 653 001)	(18 442 060)	-	(60 812 932)
Ajustamentos	1 000	-	-	-	1,000
	<b>49 839 154</b>	<b>12 750 624</b>	<b>14 151 807</b>	<b>-</b>	<b>76 741 585</b>

2020	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
<b>Edifícios</b>					
Direito de uso	71 683 586	16 872 440	-	-	88 556 026
Depreciações	(17 609 300)	(4 114 110)	(16 994 462)	-	(38 717 871)
Ajustamentos	-	-	1 000	-	1 000
	<b>54 074 286</b>	<b>12 758 330</b>	<b>(16 993 462)</b>	<b>-</b>	<b>49 839 154</b>

Os ajustamentos são respeitantes a reavaliação dos prazos dos contratos de arrendamento de períodos menores de um ano para períodos acima de um ano, o que conduziu a um impacto de 32 593 867 meticais nos activos de direito de uso.

**18. Activos intangíveis**

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

	Software	Trabalho em curso	Total
<b>Custo</b>			
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>24 767 454</b>	<b>573 300</b>	<b>25 340 754</b>
Adições	6 454 507	-	6 454 507
Transferências	573 300	(573 300)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>31 795 261</b>	<b>-</b>	<b>31 795 261</b>
Adições	3 732 303	-	3 732 303
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>35 527 564</b>	<b>-</b>	<b>35 527 564</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>14 958 823</b>	<b>-</b>	<b>14 958 823</b>
Amortizações do exercício	4 210 585	-	4 210 585
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>19 169 408</b>	<b>-</b>	<b>19 169 408</b>
Amortizações do exercício	4 831 488	-	4 831 488
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>24 000 896</b>	<b>-</b>	<b>24 000 896</b>
<b>Quantia escriturada</b>			
<b>Em 1 de Janeiro de 2020</b>	<b>9 808 631</b>	<b>573 300</b>	<b>10 381 931</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>12 625 853</b>	<b>-</b>	<b>12 625 853</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>11 526 668</b>	<b>-</b>	<b>11 526 668</b>



	2021	2020
Recursos de instituições de crédito	817 024 000	674 100 000
Juros a pagar	968 576	1 236 890
	<b>817 992 576</b>	<b>675 336 890</b>

Depósitos de bancos representam fundos de curto prazo junto à UBA Congo DRC, no valor de 319.150.000 meticais (USD \$ 5,000,000), com juros a 5,00% e vencimento em 18 de Janeiro de 2021; UBA Tanzânia, no valor de 95.745.000 meticais (US \$ 1 500 000), com juros a 5,00% e

vencimento em 07 de Janeiro de 2021 e com o UBA Zambia, no valor 127.660.000 meticais (US \$ 2 000 000) e juros de 5,00%, com vencimento em 04 de Janeiro de 2021.

## 20. Depósitos de clientes

	2021	2020
Depósitos à ordem		
Moeda estrangeira	733 028 811	518 246 599
Moeda local	2 575 039 840	1 045 992 448
	<b>3 308 068 651</b>	<b>1 564 239 047</b>
Depósitos a prazo		
Moeda estrangeira	152 330 000	210 384 001
Moeda local	375 703 514	407 099 558
	<b>528 033 514</b>	<b>617 483 559</b>
Cauções em numérico		
Moeda estrangeira	10 228 758	10 405 670
Moeda local	255 625 869	117 623 259
	<b>265 854 627</b>	<b>128 028 929</b>
Depósitos de caução		
Moeda local	5 248 995	3 152 103
	<b>4 107 205 786</b>	<b>2 312 903 638</b>

A maturidade dos depósitos apresenta-se como segue:

	2021	2020
Depósitos à ordem	3 651 958 901	1 851 966 753
Entre 3 e 12 meses	455 246 885	460 936 885
	<b>4 107 205 786</b>	<b>2 312 903 638</b>

Os depósitos à ordem incluem contas correntes e outras contas de poupança com taxas de juros marginais. Os depósitos a prazo, com vencimentos a 12 meses, foram constituídos

com taxas de juros entre 1,3% e 7,46%. Esta taxa média representa a taxa variável actual no final do ano.

## 21. Provisões

	2021	2020
Provisões para garantias bancárias e créditos documentários	15 269 078	15 269 078
Provisões para multas e penalidades	28 000 000	-
	<b>43 269 078</b>	<b>15 269 078</b>

As provisões para multas e penalidades foram constituídas para o pagamento de montantes referentes a contravenções no âmbito da

inspecção do Banco de Moçambique realizada no exercício de 2021.

	2021	2020
Saldo inicial	15 269 078	-
Reforço	28 000 000	15 269 078
<b>Saldo final</b>	<b>43 269 078</b>	<b>15 269 078</b>

## 22. Passivos de locação

2021	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Saldo em 31 Dezembro
<b>Edifícios</b>				
Passivo de locação	88 556 026	16 403 625	36 187 207	141 146 858
Juros	15 636 757	1 409 906	14 623 536	31 670 199
Pagamentos	46 517 559	(4 249 155)	(32 476 957)	(83 243 671)
Ajustamentos	1 000	-	2 362 434	2 363 434
	<b>57 676 224</b>	<b>13 564 376</b>	<b>20 696 220</b>	<b>91 936 819</b>

2020	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Saldo em 31 Dezembro
<b>Edifícios</b>				
Passivo de locação	71 683 586	16 872 440	-	88 556 026
Juros	2 728 237	3 418 085	9 490 435	15 636 757
Pagamentos	15 807 599	6 271 253	24 438 707	46 517 559
Ajustamentos	-	-	1 000	1 000
	<b>58 604 224</b>	<b>14 019 272</b>	<b>14 947 271</b>	<b>57 676 224</b>

## 23. Outros passivos

	2021	2020
Cheques e ordens a pagar	8 193 361	3 612 757
Compensação - ATM	9 609 017	6 903 658
Contas a pagar	3 070 815	4 285 023
Adiantamento de empresas do grupo	714 896 000	-
Impostos a pagar	12 787 092	39 835 198
Outras contas a pagar	53 137 481	-
	<b>801 693 767</b>	<b>54 636 636</b>

Os acréscimos de gastos representam essencialmente uma provisão para honorários de auditoria a pagar e anúncios, bem como outras despesas no final do ano. Os adiantamentos de empresas do grupo correspondem a fundos recebidos do seu accionista maioritário no montante de 714.896.000 milhões de meticais (USD 11,2 milhões), que se encontram actualmente em fase de registo.

## 24. Capital Social

	2021	2020
UBA - United Bank for Africa, PLC	1 669 655 000	1 669 655 000
African Prudential PLC	22 015 000	22 015 000
Afriland Properties, PLC	53 037 000	53 037 000
Adejare Rasheed Olaoluwa	3,000	3,000
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2,000	2,000
	<b>1 744 712 000</b>	<b>1 744 712 000</b>

O capital do banco encontra-se integralmente (2020: 1 744 712) acções ordinárias conforme o subscrito e realizado e compreende 1 744 712 detalhe abaixo

	2021	2020
UBA - United Bank for Africa, PLC	1 669 655	1 669 655
African Prudential PLC	22 015	22 015
Afriland Properties, PLC	53 037	53 037
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	3
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2	2
	<b>1 744 712</b>	<b>1 744 712</b>

Em referência a 31 de Dezembro de 2021, o Banco não se encontra a cumprir com os requisitos mínimos de capital impostos pelo Banco de Moçambique, tal como preconizado no Aviso nº7/GBM/2017, de 3 de Abril. Importa referir, contudo, que o Banco recebeu em 31 de Dezembro, fundos do seu accionista maioritário no montante de 714 896 000 meticais (USD 11.2 Milhões de dólares americanos), conforme referido na nota 23 e cujo processo de registo

se encontra em curso. Este reforço de capital permitirá ao Banco cumprir o requisito de capital social mínimo e, adicionalmente elevar o seu nível de concentração de risco individual, bem como melhorar igualmente os seus rácios regulamentares.

## 25. Prémios de emissão

O prémio de emissão apresenta-se como segue:

	2021	2020
Premios de emissão	571 653 523	571 653 523

## 26. Itens não representativos de caixa incluídos nos resultados antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Depreciações	33 537 782	32 217 685
Amortizações	4 831 488	4 210 585
Provisões	28 000 000	-
Imparidade líquida	46 216 633	30 757 210
	<b>112 585 903</b>	<b>67 185 480</b>

## 27. Variações nos activos e passivos operacionais

Variações em activos e passivos operacionais

	2021	2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(1 254 389 710)	(277 073 702)
Activos sob direito de uso	(50 186 007)	(16 873 439)
Outros activos	(14 182 373)	(7 531 171)
	<b>(1 318 758 090)</b>	<b>(301 478 312)</b>
Depositos de clientes	1 863 504 764	958 002 308
Recursos de instituições financeiras	142 655 686	179 470 609
Provisões	28 000 000	15 269 078
Passivos de locação	34 260 595	(928 000)
Outros passivos	746 977 131	16 742 070
	<b>2 815 398 176</b>	<b>1 168 556 665</b>
<b>Variação líquida em activos e passivos operacionais</b>	<b>1 519 903 662</b>	<b>867 077 753</b>

## 28. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa		
Depositos no Banco de Moçambique	79 431 795	43 630 259
	<b>1 050 111 136</b>	<b>335 408 404</b>
Depositos em outros Bancos	1 073 661 284	376 856 942

	2021	2020
Mercado monetário interbancário	920 069 544	1 941 066 809
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro	452 196 524	751 681 501
	<b>1 372 266 067</b>	<b>2 692 748 310</b>
Menos: Reservas obrigatórias	(406 010 654)	(291 996 018)
	<b>3 169 459 629</b>	<b>3 156 647 897</b>

## 29. Instrumentos financeiros

### 29.1 A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte :

2021	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Activos não financeiros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 129 542 930	-	-	1 129 542 930
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1 073 661 284	-	-	1 073 661 284
Aplicações em instituições de crédito	1 372 266 067	-	-	1 372 266 067
Investimentos em títulos	1 835 046 167	6 327 551	-	1 841 373 718
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 516 407 191	-	-	1 516 407 191
Outros Activos	14 719 852	-	14 729 108	29 448 960
	<b>6 941 643 492</b>	<b>6 327 551</b>	<b>14 729 108</b>	<b>6 962 700 152</b>

2021	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Depósitos de clientes	4 107 205 786	-	4 107 205 786
Recursos de instituições de crédito	817 992 576	-	817 992 576
Passivos de locação	91 936 819	-	91 936 819
Outros passivos	86 797 767	714 896 000	801 693 767
	<b>5 103 932 949</b>	<b>714 896 000</b>	<b>5 818 828 949</b>

2020	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Activos não financeiros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	379 038 663	-	-	379 038 663
Disponibilidades sobre instituições de crédito	376 856 942	-	-	376 856 942
Aplicações em instituições de crédito	2 689 132 484	-	-	2 689 132 484
Investimentos em títulos	446 941 129	6 327 551	-	453 268 680
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298 941 274	-	-	298 941 274
Outros Activos	12 296 144	-	-	12 296 144
	<b>4 203 206 636</b>	<b>6 327 551</b>	<b>-</b>	<b>4 209 534 187</b>

2020	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Depósitos de clientes	2 312 903 638	-	2 312 903 638
Recursos de instituições de crédito	675 336 890	-	675 336 890
Passivos de locação	57 676 224	-	57 676 224
Outros passivos	14 801 438	-	14 801 438
	<b>3 060 718 190</b>	<b>-</b>	<b>3 060 718 190</b>

### 29.2 Justo valor dos instrumentos financeiros Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

**Nível 1:** Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

**Nível 2:** Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

**Nível 3:** Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não

observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto.

O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6 327 551	6 327 551
	-	-	<b>6 327 551</b>	<b>6 327 551</b>
<b>2020</b>				
<b>Activos financeiros</b>				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6 327 551	6 327 551
	-	-	<b>6 327 551</b>	<b>6 327 551</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2021		2020	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 129 542 930	997 124 762	379 038 663	334 603 340
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1 073 661 284	947 794 213	376 856 942	332 677 385
Aplicações em instituições de crédito	1 372 266 067	1 211 393 068	2 689 132 484	2 373 881 077
Investimentos em títulos	1 841 373 718	1 625 506 460	453 268 680	400 131 250
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 516 407 191	1 338 636 291	298 941 274	263 895 899
Outros Activos	14 719 852	12 994 220	12 296 144	10 854 647
<b>Total</b>	<b>6 947 971 042</b>	<b>6 133 449 013</b>	<b>4 209 534 187</b>	<b>3 716 043 597</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Depósitos de clientes	4 107 205 786	3 594 928 478	2 312 903 638	2 024 423 316
Recursos de instituições de crédito	817 992 576	715 967 244	675 336 890	591 104 499
Passivos de locação	91 936 819	80 469 863	57 676 224	50 482 472
Outros passivos	86 797 767	75 971 787	54 636 636	47 822 001
<b>Total</b>	<b>5 103 932 948</b>	<b>4 467 337 372</b>	<b>3 100 553 388</b>	<b>2 713 832 287</b>
<b>Activos financeiros líquidos</b>	<b>1 844 038 094</b>	<b>1 666 111 641</b>	<b>1 108 980 799</b>	<b>1 002 211 310</b>

O Conselho de Administração considera que o saldo de caixa e bancos se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação. Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

(ii) Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes de Tesouro a taxa de 13.28%. Os passivos financeiros são descontados a taxa de 14.25%

(iii) Todas as avaliações que exigem a utilização do modelo de fluxos de caixa descontados exige que a administração avalie os pressupostos sobre o modelo dos inputs incluindo previsão de fluxos de caixa, a taxa de desconto, o risco de crédito e volatilidade.

A tabela a seguir demonstra a análise dos instrumentos financeiros justos de acordo com a hierarquia do valor justo:

(i) O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são obtidos através do método do valor presente.

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	997 124 762	-	997 124 762
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	947 794 213	-	947 794 213
Aplicações em instituições de crédito	-	1 211 393 068	-	1 211 393 068
Investimentos em títulos	-	1 625 506 460	-	1 625 506 460
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 338 636 291	-	1 338 636 291
Outros Activos	-	12 994 220	-	12 994 220
	-	<b>6 133 449 013</b>	-	<b>6 133 449 013</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Depósitos de clientes	-	3 594 928 478	-	3 594 928 478
Recursos de instituições de crédito	-	715 967 244	-	715 967 244
Passivos de locação	-	80 469 863	-	80 469 863
Outros passivos	-	75 971 787	-	75 971 787
<b>Total</b>	-	<b>5 093 066 913</b>	-	<b>4 467 337 372</b>
<b>Activos financeiros líquidos</b>	-	<b>1 040 382 100</b>	-	<b>1 666 111 641</b>

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	334 603 340	-	334 603 340
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	332 677 385	-	332 677 385
Aplicações em instituições de crédito	-	2 373 881 077	-	2 373 881 077
Investimentos em títulos	-	400 131 250	-	400 131 250
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	263 895 899	-	263 895 899
Outros Activos	-	10 854 647	-	10 854 647
	-	<b>3 716 043 597</b>	-	<b>3 716 043 597</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Depósitos de clientes	-	2 024 423 316	-	2 024 423 316
Recursos de instituições de crédito	-	591 104 499	-	591 104 499
Passivos de locação	-	50 482 472	-	50 482 472
Outros passivos	-	47 822 001	-	47 822 001
<b>Total</b>	-	<b>2 713 832 287</b>	-	<b>2 713 832 287</b>
<b>Activos financeiros líquidos</b>	-	<b>1 002 211 310</b>	-	<b>1 002 211 310</b>



Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

### 30. Partes relacionadas

	2021	2020
<b>Saldos devedores</b>		
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	44 910 967	12 502 602
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	455 812 350	751 681 501
	<b>500 723 317</b>	<b>764 184 103</b>
<b>Saldos credores</b>		
Recursos de instituições de crédito (Nota 19)	817 992 576	675 336 890
Adiantamentos do UBA PLC	714 896 000	-
	<b>1 532 888 576</b>	<b>675 336 890</b>
<b>Transacções:</b>		
Remuneração dos administradores	14 807 628	10 706 887
Juros recebidos	2 335 093	12 543 376
Juros pagos	20 436 770	27 632 379
	<b>37 579 491</b>	<b>50 882 643</b>

Os saldos acima mencionados surgiram do curso normal da actividade do UBA Moçambique. As taxas de juros cobradas para /e por partes relacionadas são as praticadas pelos bancos comerciais no mercado.

Os Saldos em aberto no final do ano não são garantidos e não há garantias prestadas ou recebidas por quaisquer créditos com partes relacionadas ou pagamentos. Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2021, o Banco não tem quaisquer dívidas de cobrança duvidosa relativas a valores a receber de partes relacionadas.

• Saldos devedores: colocações que o banco tem junto do UBA Congo RDC, no montante de 225 320 000 meticais (USD \$ 4.000.000), com juros de 7,00%; UBA Tanzânia, no valor de 191 490 000 meticais (USD \$ 3.000.000); bem como adiantamento de empresas do grupo (UBA Nigeria PLC) no valor de 714 896 000 meticais (USD 11.2 milhões);

Contingências	2021	2020
Créditos documentários	1 633 198 231	318 395 406
Garantias bancárias	724 568 080	1 404 644 106
	<b>2 357 766 311</b>	<b>1 723 039 512</b>

### 32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de risco é parte essencial para o sucesso do Banco, desempenhando um papel essencial na gestão, permitindo operar mais efectivamente, num ambiente em constante mudança.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se e transformou-se numa das capacidades básicas do Banco e é vital para a avaliação de estratégias alternativas e na fixação de objectivos, tudo isto dentro da estrutura de gestão de risco que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global do grupo.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração, foram criadas os seguintes comités:

- Comité de Activos e Passivos (ALCO)
- Comité de Crédito
- Comité de Procurment
- Comité de Recursos Humanos

Uma perspectiva qualitativa da gestão de riscos

• Saldos de crédito: Os depósitos bancários representam fundos de curto prazo junto da UBA Congo RDC, no montante de 319 150 000 meticais (USD \$ 5.000.000), com juros de 5,00% e vencimento em 18 de janeiro de 2021; UBA Tanzânia, no valor de 95 745 000 meticais (US\$ 1.500.000), com juros de 5,00% e vencimento em 07 de janeiro de 2021 e com a UBA Zambia, no valor de 127 660 000 meticais (US\$ 2.000.000) e juros de 5,00%, com vencimento em 04 de janeiro de 2021.

As Remunerações de órgãos de gestão referem-se à remuneração dos directores e pessoal chave do Conselho de Administração, que são pagos pelo UBA Plc (empresa-mãe) e, posteriormente, cobrados a UBA Moçambique.

Todas as remunerações dos Administradores, são benefícios de curto prazo.

### 31. Contingências e compromissos

no banco é apresentada da seguinte forma :

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um cliente ou contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perda financeira para o Banco. A principal actividade geradora de receita do Banco são bilhetes de tesouro e empréstimos a clientes, portanto, o risco de crédito é o principal.

O risco de crédito decorre principalmente de empréstimos e adiantamentos a clientes e outros bancos (incluindo compromissos relacionados a empréstimos, como facilidades de empréstimo ou cartão de crédito) e investimentos em títulos de dívida que são uma posição de activo.

Banco considera todos os elementos da exposição ao risco de crédito, como risco de incumprimento da contraparte, risco geográfico e risco do sector para fins de gestão de risco.

#### Gestão do risco de crédito

O comité de crédito do banco é responsável por gerir o risco de crédito do banco:

- Assegurar que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, NIRFs e orientações relevantes de supervisão.

• Identificar, avaliar e medir o risco de crédito em todo o Banco, de um instrumento individual para um nível de carteira.

• Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.

• Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.

• Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.

• Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notas de risco estão sujeitas a revisões regulares.

• Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.

• Assegurar que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.

• Estabelecer um processo sólido de avaliação contabilística do risco de crédito que forneça uma base sólida para sistemas, ferramentas e dados comuns para avaliar o risco de crédito e para contabilizar a ECL. Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, garantindo que os controlos e procedimentos estabelecidos sejam adequadamente projectados e implementados. Aumento significativo de risco de crédito

Como explicado na nota 1.3 c) . O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

#### Avaliação interna de risco de crédito

Para minimizar o risco de crédito, o Banco encarregou o comité de crédito para desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco de modo a categorizar as exposições de acordo com seu grau de risco de incumprimento. A estrutura de classificação de risco de crédito do Banco é composta por dez categorias.

As informações de classificação de crédito são baseadas em uma série de dados que são determinados com as previsões do risco de incumprimento e da aplicação de julgamentos. A natureza da exposição e o tipo de mutuário são considerados na análise. As notas de

risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para refletir o risco de incumprimento na medida que o risco de crédito se deteriora. À medida que o risco de crédito aumenta, a diferença no risco de incumprimento os rating também são alterados.

Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a classificação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais.

Os procedimentos de monitoramento seguidos são gerais e adaptados ao tipo de exposição. Os dados a seguir são normalmente usados para monitorar as exposições do Banco:

- Registo de pagamento, incluindo índices de pagamento e análise de envelhecimento;
- Extensão de utilização do limite concedido;
- Tolerâncias (solicitadas e concedidas);
- Alterações nas condições comerciais, financeiras e económicas;
- Informações de classificação de crédito fornecidas por agências externas de avaliação;
- Para exposições de retalho: dados gerados internamente do comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc .;e
- Para exposições corporativas: informações obtidas por revisão periódica de cadastros de clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como obrigações cotadas, quando disponíveis, alterações no sector financeiro que o cliente opera, etc.

O Banco usa as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da estrutura a termo da PD para exposições. O Banco obtém informações de desempenho e incumprimento sobre suas exposições ao risco de crédito analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As informações utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

O Banco analisa todos os dados obtidos usando modelos estatísticos e estima a PD "lifetime" das exposições e como elas devem variar ao longo do tempo. Os factores considerados nesse processo incluem dados macroeconómicos, como crescimento do PIB, desemprego, taxas de juros de referência e preços da habitação.

O Banco gera um cenário base da direcção futura de variáveis económicas relevantes, bem como uma variedade representativa de outros cenários possíveis de previsão. O Banco então usa essas previsões, que são ponderadas pela probabilidade, para ajustar suas estimativas de PD's.

Os compromissos de empréstimo são avaliados juntamente com a categoria de empréstimo que o Banco está comprometido a fornecer, ou seja, os compromissos para fornecer hipotecas são avaliados usando critérios semelhantes



aos empréstimos hipotecários, enquanto os compromissos de empréstimos corporativos são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos corporativos.

Independentemente do resultado da avaliação acima, o Banco presume que o risco de crédito em um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias, a menos que o Banco tenha informações razoáveis e suportáveis que demonstrem o contrário.

O Banco possui procedimentos de monitoria para garantir que os critérios usados para identificar aumentos significativos no crédito sejam efectivos, o que significa que um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento ou quando o activo se torne 30 dias em mora.

O Banco realiza testes periódicos de seus ratings para avaliar se os factores de risco de crédito que levaram ao incumprimento foram reflectidos com precisão no rating em tempo útil.

#### Incorporação de informação prospectiva

O Banco usa informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL.

O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de base de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros cenários possíveis. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento.

O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimou as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectuou alterações nas técnicas de estimativa ou nas premissas significativas feitas durante o período coberto pelo relatório.

#### Mensuração da ECL

Os principais componentes usados para a mensuração da ECL são:

- Probabilidade de incumprimento (PD);
- Perda dado o incumprimento (LGD); e
- Exposição na data do incumprimento (EAD).

Como explicado acima, esses dados são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e outros dados históricos e são ajustados para reflectir as informações prospectivas ponderadas pela probabilidade.

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Estima-se como um ponto no tempo. O cálculo baseia-se em modelos de classificação

estatística e é avaliado utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições.

Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PD's são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas levando em conta as estimativas de condições futuras que afetarão a PD.

A LGD é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia.

Os modelos de LGD para activos garantidos consideram as projecções de avaliação de garantias futuras levando em conta os descontos de venda, o tempo até a realização da garantia, a cobertura cruzada e créditos, custo de realização das garantias e taxas de cura (ou seja, saída do estágio de incumprimento).

Os modelos de LGD para activos sem garantia consideram o tempo de recuperação, taxas de recuperação e reclamações. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela TJE original do empréstimo.

EAD é uma estimativa da exposição na data de incumprimento futura, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de principal e juros, e perdas esperadas nas prestações vencidas.

A abordagem de modelagem do Banco para EAD reflecte as alterações esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo de acordo com termos contratuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento excessivo.

O Banco usa modelos EAD que reflectem as características das carteiras.

O Banco mensura a ECL considerando o risco de incumprimento sobre o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum.

No entanto, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de cheque especial que incluem um empréstimo e uma componente de descoberto não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o descoberto não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não seria mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo se esse período se estender além do período contratual máximo.

Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. No entanto, o Banco não impõe na gestão corrente do dia a dia o direito contratual de

cancelar esses instrumentos financeiros. Isso ocorre porque esses instrumentos financeiros são administrados de forma colectiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito no nível da prestação. Esse período mais longo é estimado levando em consideração as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera adoptar para mitigar a ECL, por exemplo, redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

A mensuração da ECL é baseada na perda de crédito média ponderada pela probabilidade. Como resultado, a mensuração da provisão para perdas deve ser a mesma, independentemente de ser mensurada individualmente ou colectivamente (embora a mensuração colectiva seja mais prática para grandes carteiras de itens). Em relação à avaliação para apurar se houve um aumento significativo no risco de crédito, pode ser necessário realizar a avaliação em uma base colectiva, conforme observado abaixo.

#### Agrupamentos baseados em características de riscos

Quando a ECL é medida coletivamente, os

instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até o vencimento;
- Indústria;

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo seja composto de exposições homogêneas.

#### Qualidade de crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha da posição financeira para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento Financeiro	Posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no Banco Central	10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	12
Titulos de investimento em dívida ao custo amortizado	Investimentos em títulos	13
Titulos de investimento em dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	Investimentos em títulos	13
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	14

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é demonstrada nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam

valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

Concentração por sector de actividade	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Investimentos em títulos	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
<b>2021</b>						
Retaho:						
Empréstimos Hipotecários	-	589 542 684	-	-	-	-
Caixa	-	2 227 910	-	-	-	14 787 250
Sem garantia	-	241 224 388	-	-	-	-
Corporativos	-	-	-	-	-	-
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	1 197 949 014
Lazer e serviços	-	-	-	6 327 551	-	30 127 760
Outros	-	683 412 209	-	-	147 924 331	1 114 902 287
Governo	-	-	1 835 046 167	-	-	-
Banco	3 499 654 313	-	-	-	-	-
	<b>3 499 654 313</b>	<b>1 516 407 191</b>	<b>1 835 046 167</b>	<b>6 327 551</b>	<b>147 924 331</b>	<b>2 357 766 312</b>

Concentração por sector de actividade	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Investimentos em títulos	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
<b>2020</b>						
Retaho:						
Empréstimos Hipotecários	-	170 176 728	-	-	10 899 286	-
Caixa	-	14 341 053	-	-	8 580 274	31 980 000
Sem garantia	-	114 423 493	-	-	157 125 487	-
Corporativos	-	-	-	-	-	-
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	485 266 835
Lazer e serviços	-	-	-	6 327 551	-	35 352 800
Outros	-	-	-	-	-	1 170 439 877
Governo	-	-	446 941 129	-	-	-
Banco	3 405 013 656	-	-	-	-	-
	<b>3 405 013 656</b>	<b>298 941 274</b>	<b>446 941 129</b>	<b>6 327 551</b>	<b>176 605 047</b>	<b>1 723 039 512</b>



Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio", sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito, é fornecida nas tabelas a seguir. A menos que especificamente

indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente:

Esta tabela resume as perdas por imparidade no final do exercício por classe de exposição / activo

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	3 499 654 313	-	-	3 499 654 313	3 405 013 656
Grau 4 - 6 Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	3 499 654 313	-	-	3 499 654 313	1 710 846 500
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor Contabilístico	3 499 654 313	-	-	3 499 654 313	1 710 846 500

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	1 493 474 099	-	-	1 493 474 099	304 483 450
Grau 4 - 6 Monitoria	-	73 913 063,17	-	73 913 063	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	4 246 895	4 246 895	4 333 311
Valor bruto	1 493 474 099	73 913 063,17	4 246 895	1 571 634 056	308 816 761
Perdas por imparidade	(42 997 454)	(8 223 443)	(4 005 968)	(55 226 865)	(9 875 487)
Valor contabilístico	1 450 476 645	65 689 620,04	240 927	1 516 407 191	298 941 274

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Investimentos em títulos ao custo amortizado</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	1 835 046 167	-	-	1 835 046 167	446 941 129
Grau 4 - 6 Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	1 835 046 167	-	-	1 835 046 167	446 941 129
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	1 835 046 167	-	-	1 835 046 167	446 941 129

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	6 327 551	-	-	6 327 551	6 327 551
Grau 4 - 6 Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	6 327 551	-	-	6 327 551	6 327 551

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Compromissos de empréstimos</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	147 924 331	-	-	147 924 331	176 605 048
Grau 4 - 6 Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	147 924 331	-	-	147 924 331	176 605 048
Perdas por imparidade	(675 019)	-	-	(675 019)	(675 019)

2021	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total	2020
<b>Garantias bancárias</b>					
Grau 1 - 3 risco baixo a moderado	2 357 766 312	-	-	2 357 766 312	1 723 039 512
Grau 4 - 6 Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7 - 8 Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grau 9 Duvidosa	-	-	-	-	-
Grau 10 Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	2 357 766 312	-	-	2 357 766 312	1 723 039 512
Perdas por imparidade	(14 594 058)	-	-	(14 594 058)	(14 594 058)

	2021	2020
<b>Perdas por imparidades por classes</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	55 226 865	9 875 487
Imparidades para cedências	3 615 826	3 615 826
Outras imparidades	3 147 876	3 147 876
Provisões para extrapatrimoniais	15 269 078	15 269 078
Garantias bancárias	-	-
	<b>77 259 645</b>	<b>31 908 267</b>

Nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira para instrumentos de dívida mensurados pelo FVTOCI, pois não existem indícios de imparidades. As tabelas abaixo analisam o movimento da provisão para perdas durante o ano, por classe de activos.

Perdas por imparidade - Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Estágio 1 12-meses ECL	Estágio 2 ECL Lifetime	Estágio 3 ECL Lifetime	Total
<b>Perdas por imparidade a 1 de Janeiro de 2020</b>				
Alterações nas perdas por imparidade	779 210	-	18 485 807	19 265 017
Transferência para o estágio 3	4 762 966	-	-	4 762 966
Transferência para o estágio 3	-	-	3 961 464	3 961 464
Abates	-	-	(18 113 960)	(18 113 960)
<b>Perdas por imparidade a 31 de Dezembro de 2020</b>				
Alterações nas perdas por imparidade	5 542 176	-	4 333 311	9 875 487
Transferência para o estágio 1	37 455 278	-	-	37 455 278
Transferência para o estágio 3	-	8 223 443	-	8 223 443
Abates	-	-	(327 343)	(327 343)
<b>Perdas por imparidade a 31 de Dezembro de 2021</b>				
	<b>42 997 454</b>	<b>8 223 443</b>	<b>4 005 968</b>	<b>55 226 865</b>

Conforme discutido acima, na secção do aumento significativo do risco de crédito, sob os procedimentos de monitoramento do Banco, um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição se tornar 30 dias em mora. Este é o caso principalmente para empréstimos e adiantamentos a clientes e mais especificamente para exposições de crédito de retalho, pois para empréstimos corporativos e outras exposições há mais informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar o aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo fornece uma análise da quantia escriturada bruta de empréstimos e adiantamentos a clientes por estágio vencido.

	2021		2020	
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor bruto	Perdas por imparidade
<b>Empréstimos e adiantamento a clientes</b>				
Vincendo	1 493 474 099	42 996 699	304 483 450	5 542 176
0-30 dias	60 562 644	6 721 041	-	-
31-59 dias	13 186 423	1 470 933	-	-
60-89 dias	163 996	31 470	-	-
90-180 dias	99 118	74 651	-	-
Mais 181 dias	4 147 777	3 932 071	4 333 311	4 333 311
	<b>1 571 634 056</b>	<b>55 226 865</b>	<b>308 816 761</b>	<b>9 875 487</b>

O Banco detém garantias para mitigar o risco de crédito associado a activos financeiros. Os principais tipos de garantias e os tipos de activos aos quais estão associados estão listados na tabela abaixo. A garantia apresentada refere-se a instrumentos que são mensurados pelo justo valor através do rendimento integral, custo amortizado e ao justo valor através de resultados.

	Tipo de garantias
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Sem garantias
Empréstimos hipotecários	Imóveis
Investimentos em títulos	Sem garantias

#### Empréstimos hipotecários

O Banco detém imóveis residenciais como garantia para os empréstimos hipotecários que concede a seus clientes. O Banco monitora sua exposição ao crédito imobiliário de retalho usando o índice LTV (Loan to value), que é calculado como a razão entre o valor bruto do empréstimo e o valor da garantia. A avaliação da garantia exclui quaisquer ajustamentos para obter e vender a garantia.

O valor da garantia para empréstimos hipotecários residenciais é tipicamente baseado no valor da garantia actualizado com base nas alterações dos índices de preços da habitação. Para créditos com redução no valor recuperável, o valor da garantia é baseado nas avaliações mais recentes. As tabelas abaixo mostram as exposições de empréstimos hipotecários por faixas de LTV.

Empréstimos Hipotecários Rácio LTV	2021		2020	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Abaixo de 50%	-	-	-	-
51-70%	698 450 464	25 324 512	173 402 755	3 226 027
71-90%	-	-	-	-
91-100%	-	-	-	-
Mais de 100%	-	-	-	-
	<b>698 450 464</b>	<b>25 324 512</b>	<b>173 402 755</b>	<b>3 226 027</b>

**Investimentos em títulos**

O Banco detém títulos de investimento mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de MZN 453,268,680 e ao justo valor através do rendimento integral com um valor contabilístico de MZN 453,268,680. Os títulos de investimento detidos pelo banco são Bilhetes do tesouro, que não tem garantias.

**Activos obtidos em processos de execução de garantias**

Durante o exercício, o Banco não obteve activos não financeiros por posse de cauções detidas em garantia de empréstimos e adiantamentos e detidas no final do exercício. A política do Banco é realizar a garantia em tempo útil. O Banco não utiliza garantias não monetárias para as suas operações.

**Activos financeiros renegociados**

Para os casos de mutuários com dívidas vencidas, o mutuário poderá se qualificar para um período de reparação para dar ao mutuário a oportunidade de tentar corrigir a situação. No final do período de reparação, a situação do Mutuário é reavaliada e a liquidação da conta ou a renegociação dos termos do contrato são tomados em consideração.

Os Activos renegociados compreendem empréstimos que foram transferidos dos créditos em incumprimento para créditos normais, 12 meses após a reestruturação. Na prática, os empréstimos não serão renegociados mais de uma vez em um período de doze meses.

**Activos financeiros vencidos mas não deteriorados**

Referem-se a empréstimos e adiantamentos a clientes em que os pagamentos contratuais de juros ou capital estão vencidos, mas o Banco acredita que a perda por imparidade identificada não é apropriada com base no nível de garantia de segurança disponível.

**Activos financeiros avaliados individualmente como em imparidade**

O Banco avalia regularmente se há evidência objectiva de que um activo financeiro ou carteira de activos financeiros registados ao custo amortizado está deteriorado. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e somente se, houver evidência objectiva de perda de valor como resultado de um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e antes da data de reporte ("um evento de perda") e que o evento ou eventos de perda tenha tido um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou carteira que possam ser estimados com segurança.

Os critérios que o Banco usa para determinar se há evidência objectiva de uma perda por imparidade incluem:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário;
- Uma quebra de contrato, como incumprimento nos pagamentos de juros ou capital;
- O credor, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuário de empréstimo, concedendo ao mutuário uma concessão que o mutuante não consideraria;

- Tornar-se provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros desde o reconhecimento inicial desses activos, embora a redução ainda não possa ser identificada com os activos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Alterações adversas na situação de pagamento dos mutuários;

- Condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com o incumprimento dos activos no portfólio.

- Deterioração no valor das garantias; e

- Deterioração da posição competitiva do mutuário.

A política de crédito do Banco considera um incumprimento ocorrido em relação a um mutuário em particular quando um ou ambos dos seguintes eventos ocorreram:

- O Banco considera que é improvável que o mutuário pague integralmente sua obrigação de crédito, sem recurso do Banco a acções como a realização de qualquer título detido;

- Se o mutuário entrar em infração a qualquer um dos termos do contrato de empréstimo, o que pode incluir a incapacidade de alcançar determinados termos do empréstimo.

O Banco avalia primeiramente se existe evidência objectiva de redução ao valor recuperável individualmente para activos financeiros que são individualmente significativos, e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições marcadas como estando em incumprimento são avaliadas individualmente quanto a perdas por redução ao valor recuperável.

Activos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação colectiva de redução ao valor recuperável.

Para empréstimos e adiantamentos, o valor da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro garantido reflecte os fluxos de caixa que podem resultar dos custos de execução para obter e vender a garantia, seja ou não provável a execução.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas periodicamente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda real.

**Abates**

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O saneamento ocorrerá quando e na medida em que a totalidade ou parte de uma dívida for considerada irrecoverável. O momento e a extensão dos saneamentos contabilísticos podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo.

No entanto, um saneamento contabilístico geralmente é motivado por um evento específico,

	2021		2020	
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor bruto	Perdas por imparidade
Empréstimos e adiantamento a clientes				
Vincendo	1 493 474 099	42 996 699	304 483 450	5 542 176
0-30 dias	60 562 644	6 721 041	-	-
31-59 dias	13 186 423	1 470 933	-	-
60-89 dias	163 996	31 470	-	-
90-180 dias	99 118	74 651	-	-
Mais 181 dias	4 147 777	3 932 071	4 333 311	4 333 311
	<b>1 571 634 056</b>	<b>55 226 865</b>	<b>308 816 761</b>	<b>9 875 487</b>

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão.

A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 11.25% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não

como o início de um processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que permite estabelecer que parte ou todo o avanço está além da perspectiva realística de recuperação.

Esses activos são saneados apenas quando todos os procedimentos necessários forem concluídos e o valor da perda for determinado. Recuperações subsequentes de valores anteriormente saneados, são novamente registados e, portanto, diminuem o valor da imparidade reportada no resultado.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

residentes e depósitos do Estado.

A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular.

O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

**Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos**

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2021	A vista	Menos de 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 129 542 930	-	-	-	-	1 129 542 930
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1 073 661 284	-	-	-	-	1 073 661 284
Aplicações em instituições de crédito	-	1 372 266 067	-	-	-	1 372 266 067
Investimentos em títulos	-	787 559 658	1 047 486 502	6 327 551	-	1 841 373 711
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45 090 910	579 823 267	522 960 873	412 132 656	11 626 349	1 571 634 056
Outros Activos	14 719 852	-	-	-	-	14 719 852
<b>Total dos activos financeiros não descontados</b>	<b>2 263 014 977</b>	<b>2 739 648 993</b>	<b>1 570 447 376</b>	<b>418 460 207</b>	<b>11 626 349</b>	<b>7 003 197 902</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Depósitos de clientes	3 587 168 989	94 789 912	425 246 885	-	-	4 107 205 786
Recursos de instituições de crédito	-	817 992 576	-	-	-	817 992 576
Passivos de locação	-	-	-	91 936 819	-	91 936 819
Outros passivos	-	801 693 767	-	-	-	801 693 767
<b>Total dos passivos financeiros não descontados</b>	<b>3 587 168 989</b>	<b>1 714 476 255</b>	<b>425 246 885</b>	<b>91 936 819</b>	<b>-</b>	<b>5 818 828 949</b>



2020	A vista	Menos de 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	379 038 663	-	-	-	-	379 038 663
Disponibilidades sobre instituições de crédito	376 856 942	-	-	-	-	376 856 942
Aplicações em instituições de crédito	-	2 689 132 484	-	-	-	2 689 132 484
Investimentos em títulos	-	338 983 261	107 957 859	6 327 551	-	453 268 671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 844 872	1 510 321	86 125 144	191 905 463	-	308 816 761
Outros Activos	15 266 587	-	-	-	23 430 961	15 266 587
<b>Total dos activos financeiros não descontados</b>	<b>777 007 064</b>	<b>3 029 626 066</b>	<b>194 083 003</b>	<b>-</b>	<b>23 430 961</b>	<b>4 222 380 108</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Depósitos de clientes	1 697 945 550	154 021 203	460 936 885	-	-	2 312 903 638
Recursos de instituições de crédito	-	675 336 890	-	-	-	675 336 890
Passivos de locação	-	4 759 543	14 857 883	38 057 799	-	57 675 224
Outros passivos	-	54 636 636	-	-	-	54 636 636
<b>Total dos passivos financeiros não descontados</b>	<b>1 697 945 550</b>	<b>888 754 272</b>	<b>475 794 768</b>	<b>38 057 799</b>	<b>-</b>	<b>3 100 552 388</b>

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relato.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

### Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar

como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2021. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

2021	Menos de 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Activos não remunerados	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1 129 542 930	1 129 542 930
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	1 073 661 284	1 073 661 284
Aplicações em instituições de crédito	-	1 372 266 067	-	-	1 372 266 067
Investimentos em títulos	787 559 658	1 047 486 502	-	6 327 551	1 841 373 711
Empréstimos e adiantamentos a clientes	624 914 178	522 960 873	423 759 005	-	1 571 634 056
Outros Activos	-	-	-	29 448 960	29 448 960
<b>Total dos activos não descontados</b>	<b>1 412 473 836</b>	<b>2 942 713 443</b>	<b>423 759 005</b>	<b>2 238 980 726</b>	<b>7 017 927 010</b>
<b>Passivos</b>					
Depósitos de clientes	3 681 958 901	425 246 885	-	-	4 107 205 786
Recursos de instituições de crédito	817 992 576	-	-	-	817 992 576
Passivos de locação	-	-	-	91 936 819	91 936 819
Outros passivos	-	-	-	801 693 767	801 693 767
<b>Total dos passivos não descontados</b>	<b>4 499 951 477</b>	<b>425 246 885</b>	<b>-</b>	<b>893 630 587</b>	<b>5 818 828 949</b>
<b>Gap acumulado</b>	<b>(3 087 477 641)</b>	<b>425 246 885</b>	<b>423 759 005</b>	<b>1 345 350 140</b>	<b>1 199 098 062</b>

2020	Menos de 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Activos não remunerados	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	379 038 663	379 038 663
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	376 856 942	376 856 942
Aplicações em instituições de crédito	2 689 132 484	-	-	-	2 689 132 484
Investimentos em títulos	338 983 261	107 957 859	-	6 327 551	453 268 671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 844 872	86 125 144	215 336 424	-	307 306 440
Outros Activos	-	-	-	15 266 587	15 266 587
<b>Total dos activos não descontados</b>	<b>3 033 960 617</b>	<b>194 083 003</b>	<b>215 336 424</b>	<b>777 489 743</b>	<b>4 220 869 787</b>
<b>Passivos</b>					
Depósitos de clientes	-	-	-	-	-
Recursos de instituições de crédito	1 851 966 753	460 936 885	-	-	2 312 903 638
Passivos de locação	675 336 890	-	-	-	675 336 890
Outros passivos	-	-	-	57 675 224	57 675 224
<b>Total dos passivos não descontados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54 636 636</b>	<b>54 636 636</b>
<b>Gap acumulado</b>	<b>2 527 303 643</b>	<b>460 936 885</b>	<b>-</b>	<b>112 311 860</b>	<b>3 100 552 388</b>
<b>Gap acumulado</b>	<b>506 656 974</b>	<b>(266 853 882)</b>	<b>215 336 424</b>	<b>665 177 883</b>	<b>1 120 317 399</b>

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança razoável nos juros (todas as variáveis mantidas constantes) da demonstração de resultados do Banco. A sensibilidade na demonstração dos resultados

e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é a seguinte:

	Aumento/Redução em pontos bases	Impacto no lucro (prejuízo) antes de impostos
<b>2020</b>	+50 bp	(7 312 604)
	-50 bp	7 312 604
<b>2019</b>	+50 bp	22 756 976
	-50 bp	(22 756 976)

### Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2021 sofreria um aumento ou diminuição em cerca de 4.54 milhões de Metiacais (em 31 de Dezembro de 2020, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca

de 1.98 milhões de Metiacais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios.

Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados

31-Dez-21	Posição líquida	Taxa de câmbio	Variação da taxa de câmbio %	Impacto no resultado
Dólar (EUA)	17 473 085	63,83	-14,8%	-2 582 471
Euro	9 054 839	72,27	-21,5%	-1 944 961
Rand (África do Sul)	1 727 256	4,02	-21,3%	-3 684
GBP (Reino Unido)	338 932	86,2	-15,6%	-530
NGN (Nigéria)	5 436 401	0,15	-21,1%	-11 445
	-	-	-	<b>-4 543 090</b>

31-Dez-20	Posição líquida	Taxa de câmbio	Variação da taxa de câmbio %	Impacto no resultado
Dólar (EUA)	(31 921 650)	74,9	-6,5%	2 088 332
Euro	1 945 569	92,04	-5,5%	-106 537
Rand (África do Sul)	414 539	5,11	-6,1%	-251
GBP (Reino Unido)	715 191	102,17	-5,1%	-362
NGN (Nigéria)	1 923 026	0,19	-5,3%	-1 012
	-	-	-	<b>1 980 170</b>

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2021	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e aplicações em OIC	1 923 319 080	1 630 826 048	6 374 542	9 175 279	338 932	5 436 401	3 575 470 282
Investimentos em títulos	1 841 373 711	-	-	-	-	-	1 841 373 711
Empréstimos e adiantamentos a clientes	897 263 024	619 144 167	-	-	-	-	1 516 407 191
Outros activos	12 878 405	1 841 447	-	-	-	-	14 719 852
<b>Total de activos</b>	<b>4 674 834 221</b>	<b>2 251 811 662</b>	<b>6 374 542</b>	<b>9 175 279</b>	<b>338 932</b>	<b>5 436 401</b>	<b>6 947 971 037</b>
<b>Passivos</b>							
Depósitos de clientes	3 407 941 084	694 496 977	4 647 286	120 440	-	-	4 107 205 786
Depósitos de bancos	-	817 992 576	-	-	-	-	817 992 576
Passivos de locação	91 936 819	-	-	-	-	-	91 936 819
Outros passivos	79 844 742	721 849 025	-	-	-	-	801 693 767
<b>Total de passivo</b>	<b>3 579 722 646</b>	<b>2 234 338 577</b>	<b>4 647 286</b>	<b>120 440</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 818 828 949</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>1 095 111 575</b>	<b>17 473 085</b>	<b>1 727 256</b>	<b>9 054 839</b>	<b>338 932</b>	<b>5 436 401</b>	<b>1 129 142 089</b>

2020	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e aplicações em OIC	2 189 763 200	1 247 301 606	3 259 057	2 066 009	715 191	1 923 026	3 445 028 089
Investimentos em títulos	453 268 671	-	-	-	-	-	453 268 671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298 941 274	-	-	-	-	-	298 941 274
Outros activos	15 266 587	-	-	-	-	-	15 266 587
<b>Total de activos</b>	<b>2 957 239 732</b>	<b>1 247 301 606</b>	<b>3 259 057</b>	<b>2 066 009</b>	<b>715 191</b>	<b>1 923 026</b>	<b>4 212 504 621</b>
<b>Passivos</b>							
Depósitos de clientes	1 706 659 769	603 278 911	2 844 518	120 440	-	-	2 312 903 638
Depósitos de bancos	-	675 336 890	-	-	-	-	675 336 890
Passivos de locação	57 676 224	-	-	-	-	-	57 676 224
Outros passivos	54 029 181	607 455	-	-	-	-	54 636 636
<b>Total de passivo</b>	<b>1 818 365 174</b>	<b>1 279 223 256</b>	<b>2 844 518</b>	<b>120 440</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 100 553 388</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>1 138 874 558</b>	<b>(31 921 650)</b>	<b>414 539</b>	<b>1 945 569</b>	<b>715 191</b>	<b>1 923 026</b>	<b>1 111 951 233</b>

### Risco operacional

O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.



### Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio.

A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito.

O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 12%.

Os fundos próprios do United Bank for Africa Moçambique são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 08/GBM/2017 complementada pela Circular 02/EFI/2019, do Banco de Moçambique.

Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2).

Os fundos próprios de base (Tier I) compreendem:

- Capital social;
- Lucros acumulados;
- Reservas legais;
- O valor líquido dos activos intangíveis é deduzido para efeitos de determinação dos fundos próprios de base.

Os fundos próprios complementares (Tier II) compreendem, essencialmente:

- Reservas de reavaliação;
- Provisões para riscos gerais de crédito, até 0,0125% dos activos ponderados e ganhos potenciais gerados pela valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda.

São também deduzidas aos fundos próprios de base e complementares as exposições que excedam os limites de concentração de riscos, tal como disposto no Aviso n.º 08/GBM/2017.

De acordo com o Aviso n.º 9/GBM/2017, de 03 de Abril 2017, o Banco de Moçambique estabelece que cada banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

Os principais elementos constitutivos dos fundos próprios do UBA Moçambique S.A referem-se ao capital elegível, reservas e resultados elegíveis.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2021	2020
<b>Fundos próprios de base (Tier I)</b>		
Capital social realizado	1 744 712 000	1 744 712 000
Prémios de emissão	571 653 523	571 653 523
Reservas e resultados transitados	(1 085 476 875)	(1 126 169 755)
Activos intangíveis	(7 794 365)	(8 779 476)
<b>Fundos próprios complementares (Tier I)</b>	<b>1 223 094 283</b>	<b>1 181 416 292</b>
<b>Fundos próprios complementares (core Tier II)</b>		
Outros	-	-
<b>Fundos próprios complementares (core Tier II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundos próprios legíveis (Tier I and Tier II)</b>	<b>1 223 094 283</b>	<b>1 181 416 292</b>
<b>Activos ponderados pelo risco</b>		
Na posição financeira	3 394 673 263	1 713 342 225
Elementos extrapatrimoniais	235 776 631	241 582 607
Risco operacional e de mercado	576 420 564	102 616 320
<b>Total de activos ponderados pelo risco</b>	<b>4 206 870 458</b>	<b>2 057 541 152</b>
Core Tier I	29,07%	57,42%
Core Tier II	0,00%	0,00%
Rácio de solvabilidade	29,07%	57,42%
Rácio de solvabilidade (Mínimo exigido)	12%	12%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidas pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

### 33. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data do balanço e antes da emissão das demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- Em 24 de Fevereiro de 2022, a Federação Russa declarou guerra a Ucrania. A reacção das principais potências em aplicar sanções a Rússia aumenta o grau de incerteza e instabilidade económica nomeadamente devido ao aumento nos níveis de preço do barril de petróleo, no aumento de produtos do preço de produtos agrícola e de fertilizantes. O Conselho de Administração está a

acompanhar a evolução do conflito bem como o seu impacto nos principais indicadores de desempenho do Banco.

- A 9 de Fevereiro de 2022 o Banco foi notificado pelo Banco de Moçambique para o pagamento de 28 milhões de Meticais, devido a contravenções relacionadas com as transacções suspeitas, identificação da identidade dos clientes incluindo os seus accionistas e a falta de vigilância contínua das relações comerciais. Por se tratar de um evento ajustável na data do Balanço, o Banco reconheceu a provisão na nota 21.

- Em 5 de Maio de 2022 o Banco de Moçambique autorizou o pedido de registo especial de aumento de capital social feito pelo UBA no montante de 707 840 000 milhões de meticais.

Excepto o acima exposto, não existem factos ou circunstâncias relevantes ocorridos após a data do Balanço que tenham impacto nas demonstrações financeiras.



#eusouafricano  
O meu banco é africano



## Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

(milhares de metcais)

MODELO III					BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS				
CÓDIGO DE CONTAS	ACTIVO	2021			2020	Código de contas	PASSIVO	2021	2020
		Valor antes de Provisões, Impariidade e Amortizações	Provisões, Impariidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,129,543		1,129,543	379,039	38-3311 (1)-3410+5200 +5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,073,661		1,073,661	376,857	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		-
153 (1)+158 (1)+16	Activos Financeiros Detidos para negociação			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		-
153 (1)+158 (1)+17	Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	817,993	675,337
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para Venda.	6,328	-	6,328	6,328	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	4,107,206	2,312,904
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	1,372,266		1,372,266	2,689,132	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Titulos Derivados de Cobertura		-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	1,571,634	55,227	1,516,407	298,941	44			-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	1,835,046		1,835,046	446,941	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas		-
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões	43,269	15,269
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por Impostos correntes	12,787	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-	-	491	Passivos por impostos diferidos		-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	222,693	99,683	123,009	85,251	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados		-
29-3583-361	Activos Intangíveis	31,795	24,001	7,794	8,779	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	880,843	112,313
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-	-				-
300	Activos por Impostos correntes	-		-	-	55	Capital	1,744,712	1,744,712
301	Activos por Impostos diferidos	-		-	-	602	Prémios de Emissão	571,654	571,654
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308 +3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	29,449		29,449	15,267	57	Outros Instrumentos de Capital		-
						-56	Acções Próprias		-
						58+59	Reservas de Reavaliação		-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(1,125,653)	(1,029,124)
						64	Resultado do Exercício	40,693	(96,529)
						-63	(Dividendos antecipados)		-
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>7,272,415</b>	<b>178,911</b>	<b>7,093,504</b>	<b>4,306,535</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>7,093,504</b>	<b>4,306,535</b>

(1) Parte aplicavel do saldo destas rubricas

(2) A rubrica 50 devera ser inscrita no activo se tiver saldodevedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 sao inscritos no activo e os saldos credores no passivo

(milhares de metcais)

MODELO IV		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
CÓDIGO DE CONTAS	DÉBITO	2021	2020
79+80	Juros e Rendimentos Similares	476,223	292,892
66+67	Juros e Encargos Similares	157,402	99,535
	<b>Margem Financeira</b>	<b>318,821</b>	<b>193,358</b>
81	Rendimentos com serviços e Comissões	89,544	48,839
68	Encargos com Serviços e Comissões	37,193	23,929
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	115,987	30,807
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75 -720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1) +83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	7,898	(5,150)
	<b>Produto Bancário</b>	<b>495,057</b>	<b>243,925</b>
70	Custo com Pessoal	172,355	154,320
71	Gastos Gerais Administrativos	100,166	71,368
77	Amortização do Exercício	38,369	36,428
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	28,000	18,417
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	46,217	12,340
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>109,950</b>	<b>(48,949)</b>
65	Impostos Correntes	69,257	47,579
640	<b>Resultados após Impostos</b>	<b>40,693</b>	<b>(96,529)</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>40,693</b>	<b>(96,529)</b>

**Filipe Mandlate**  
Presidente do Conselho de Administração

**Olurotimi Morohunfola**  
Administrador Delegado

**#eusouafricano**  
O meu banco é africano

[www.ubamozambique.com](http://www.ubamozambique.com) | África - Londres - Paris - Nova Iorque

Africa's Global Bank